

UTONONOMIA
CIDADANIA
DEMOCRACIA
ELETTORALIDAD
EXIBILIDAD
INCLUSÃO
JUSTIÇA
RESPEITO

LIVRES. SEGURAS. EDUCADAS.

A decorrer desde novembro até ao início de março, a campanha *100 Milhões* é um apelo à ação global por um mundo onde todas as crianças sejam livres, estejam seguras e tenham direito à educação.



Crédito foto: Bachpan Bachao Andolan

KAILASH SATYARTHI. Ativista dos direitos das crianças, abandonou a engenharia para combater o trabalho infantil na Índia. Em 1980, fundou o Movimento Salvar a Infância (*Bachpan Bachao Bndolan*) e resgatou mais de 90000 crianças de situações dramáticas, proporcionando-lhes reintegração, reabilitação e educação. Em 2014, foi distinguido com o Nobel da Paz (juntamente com a jovem paquistanesa Malala Yousafzai), pela sua ação contra a exploração infantil e em defesa dos direitos das crianças.

Promovida pela Internacional da Educação (IE) e por Kailash Satyarthi (Nobel da Paz em 2014, com a jovem paquistanesa Malala Yousafzai), a iniciativa pretende ser inspiradora e juntar jovens e decisores de todo o mundo – a ideia é que deputados, autoridades locais e outros representantes sociais visitem escolas e, juntamente com os estudantes, fiquem a conhecer melhor a realidade de milhões de crianças marginalizadas em todo o mundo. Nesse sentido, as escolas poderão exibir gratuitamente o documentário «The Price of Free» e desenvolver um conjunto de atividades complementares. O filme acompanha as histórias verdadeiras de crianças resgatadas do trabalho infantil na

Índia e o seu trajeto para a liberdade; vencedor do Grande Prémio do Júri do Festival de Cinema de Sundance, a sua exibição representa o compromisso das escolas com os objetivos da campanha. Participando ativamente na campanha *100 Milhões*, as escolas contribuem para que os seus alunos sejam cidadãos ativos e críticos, partilhando as suas paixões e ideias para um mundo melhor e aprendendo mais sobre as crianças a quem é negado o direito de serem livres, de estarem seguras e de receberem educação de qualidade. Embora a Semana de Ação tenha decorrido em novembro, as escolas podem continuar a participar até março [<http://actionweek.100million.org/pt/>].

spinformação

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Reis, Rogério Ribeiro

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Ana Alvim · **Capa** Adriano Rangel **Fotografia** Henrique Borges · **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 15.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** n.º 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

O Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) realizou, de 26 a 28 de novembro, uma conferência sob o lema “*Desenhar o Futuro da Europa: o papel dos sindicatos da Educação*”. Das questões debatidas, destaca-se a necessidade de financiamento sustentável para uma educação de qualidade, dada a coincidência temporal de as propostas de orçamento dos Estados estarem no centro da decisão política.

Apesar das promessas de aumentar o financiamento para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4 e para responder aos inúmeros desafios que os professores enfrentam (envelhecimento da população docente, recrutamento e retenção, remuneração, formação e desenvolvimento profissional, entre outros), o último relatório *Education at a Glance* aponta uma redução de 2% do produto interno bruto (PIB) na despesa pública com a Educação nos países da OCDE, na última década, com picos de 18% na Grécia, 6% em Portugal e 4% em Itália e em Espanha.

E embora o primeiro princípio do Pilar Europeu dos Direitos Sociais seja sobre ‘educação, formação e aprendizagem ao longo da vida’, é duvidoso que possa ser implementado num contexto em que as instituições financeiras europeias, entre outras, continuam a exercer pressão sobre os orçamentos da Educação, com as metas do défice e da dívida a não deixarem espaço para aumentar o investimento público.

Ora, sendo esse investimento fundamental, é de saudar a posição clara do CSEE a favor de um financiamento adequado e previsível –para melhorar a educação pública, e não para subsidiar o setor privado –, ressaltando, também, o papel fundamental dos sindicatos da Educação, instando os governos a expandirem a sua base de receitas através de sistemas de cobrança de impostos mais eficazes e progressivos, combatendo a evasão fiscal e a especulação financeira em toda a Europa.

No que diz respeito à Educação e à Ciência, o Orçamento de Estado que o parlamento português aprovou nessa mesma semana é manifestamente insuficiente, comprovando que áreas fundamentais para o desenvolvimento do país continuam a não ser uma prioridade.

Sobre a contagem integral do tempo de serviço, a abstenção do PSD e do CDS na votação na especialidade não permitiu a resolução definitiva da questão. Mas, não sendo o resultado que os professores pretendiam e mereciam, o OE para 2019 também não representa uma vitória do Governo, obrigado que está a voltar a negociar com os sindicatos “o prazo e o modo de recuperação do tempo de serviço” – algo que o Governo considerava já ter feito, ao aprovar a recuperação de apenas 2 anos, 9 meses e 18 dias.

A forma como reagiu à aprovação desta norma no OE – chamando os sindicatos para uma “nova negociação”, em que apresentou a mesma proposta e insistiu em que só haverá espaço para negociar outra solução se os sindicatos abdicarem dos 9A 4M e 2D, é tão mais inaceitável quanto na Madeira e nos Açores (onde o PS tem maioria absoluta), os docentes verão o tempo integralmente contado.

Não se sabendo o que se seguirá à previsível nova aprovação do projeto de DL, nesta como nutras matérias, não restam dúvidas de que, a par das iniciativas sindicais nos planos institucional e jurídico, terá de ser a luta dos professores a deixar claro que eles não aceitarão injustiças e discriminações – na contagem integral do tempo de serviço, mas também no respeito pela legalidade nos horários de trabalho, na recusa das ultrapassagens que resultem do reposicionamento ou no combate à precariedade, entre outras reivindicações importantes, como a exigência de um regime específico de aposentação que reconheça o desgaste decorrente do exercício da profissão.

A profissão docente desempenha uma função social de grande relevância, independentemente do setor ou local onde se exerce. Daí que devam aplicar-se no setor privado normas semelhantes às que são praticadas no ensino público, em particular no que se refere a vencimentos, autonomia profissional ou condições de trabalho. Como ficou evidente no Encontro Nacional promovido pela Fenprof, no dia 17 de novembro, a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho da federação, em 2015, ao deixar os docentes mais desprotegidos perante os abusos das entidades patronais, torna a luta pela dignificação da função docente ainda mais relevante.

Nesse mesmo dia, o SPN comemorava o seu 36º aniversário, com iniciativas descentralizadas e num contexto de intensa atividade nas escolas e junto dos professores. Atividade que continuaremos a desenvolver em 2019, com determinação e persistência.

Bom ano para todos!



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN



‘A LUTA SERÁ O CAMINHO’

Poderia parecer chavão o subtítulo da moção aprovada por unanimidade no final do Plenário Nacional de Quadros Sindicais que, no início de setembro, reuniu, em Lisboa, mais de meio milhar de dirigentes, delegados e ativistas da Federação Nacional dos Professores (Fenprof). Mas o tempo confirmou-o como proclamação cumprida.

Neste primeiro período de 2018/2019, a luta tem sido – e vai continuar a ser – o caminho. Esse dia 5 de setembro marcou o retomar da luta, dando continuidade a um ano letivo anterior de forte contestação docente, que teve um momento alto em junho/julho, na greve às reuniões de avaliação.

Foi retomada a luta porque os grandes problemas dos professores continuavam sem solução e porque se aproximava um tempo importante – a reunião com o Ministério da Educação, a 7 de setembro, e a apresentação e discussão do Orçamento do Estado para 2019, em outubro e novembro.

Os grandes desígnios da luta estavam, também, no título da referida moção, “*Por justiça e respeito pelos professores. Por uma Escola Pública de qualidade. Por um efetivo investimento na Educação*”. E foi sob estes desígnios que se desenrolaram uma multiplicidade de ações, sempre em diálogo com os professores nas escolas: entre plenários e reuniões de escola, no primeiro período foram realizadas, só na região Norte, perto de duas centenas de reuniões, sem considerar as visitas e reuniões informais e o trabalho dos dirigentes e delegados nas escolas onde exercem funções.

Para melhor compreender esta dimensão da atividade sindical, atente-se no registo cronológico das principais iniciativas do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), da Fenprof e da CGTP-IN em que os docentes participaram [ver caixa].

E agora? Concluído que está o processo de aprovação do Orçamento de Estado para 2019, novas etapas vão surgir, particularmente com as apreciações parlamentares aos decretos-lei sobre a recuperação do tempo de serviço docente congelado e sobre a transferência de competências para as autarquias. E depois teremos, ainda, um final de legislatura para procurar ir o mais longe possível na reposição de direitos, bem como uma frente jurídica a desenvolver contra as ilegalidades várias que o Governo teima em cometer.

O que os professores portugueses conseguiram até hoje foi conquistado, e não oferecido: assim conseguiram a carreira docente, assim a valorizaram, assim impediram a sua liquidação... E assim, agora, podem fazer com que a carreira que está na letra do Estatuto da Carreira Docente se torne na que existe na prática.

A luta é o caminho! Para isso, são necessários um sindicato (SPN) e uma federação (Fenprof) que não desistam, que estejam com os professores nos bons e nos maus momentos, nos picos da luta e nas suas fases menos boas, prestando apoio nas suas delegações e com uma presença permanente nas escolas. É esta a marca do SPN, é esta a marca Fenprof.

Setembro

05. Plenário Nacional de Quadros Sindicais (Lisboa)

11. Concentração e receção ao primeiro-ministro e ao ministro da Educação (Paredes de Coura)

17-21. Semana de plenários de professores e reuniões sindicais de escola em todo o país; aprovação de tomadas de posição de educadores e professores; distribuição de carta aos encarregados de educação e à população, explicando a luta dos professores

Outubro

03. Greve de educadores e professores (distrito de Aveiro)

04. Greve de educadores e professores e distribuição de documento à população (Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real)

05. Dia Mundial dos Professores; manifestação nacional e concentração nas comemorações da implantação da República (Lisboa)

19. II Encontro Internacional Sobre o Desgaste Docente (Lisboa)

20. Encontro pela Paz (Loures)

26. Greve da Administração Pública

29. Início da greve ao trabalho marcado além do horário e ao trabalho ilegalmente marcado na componente não letiva de estabelecimento

Novembro

Envio aos deputados de mensagens de protesto sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2019

02. Concentração nacional de educadores e professores em frente à Assembleia da República

05. Distribuição de *flyer* trilingue na *Web Summit*, denunciando o Governo por desrespeitar os professores (Lisboa)

12. Recolha pública de postais de apoio à luta dos educadores e professores (Braga, Bragança, Porto e Viana do Castelo)

15. Manifestação nacional de trabalhadores (Lisboa)

MOBILIDADE INTERNA: DEPOIS DA TEMPESTADE, A BONANÇA...



SPN e Fenprof continuam a bater-se pela alteração do regime de concursos vigente, designadamente; prevalência da graduação profissional, periodicidade do concurso interno, prioridades dos docentes dos quadros ou a área geográfica dos QZP.

Sem esquecer alguns aspetos positivos, em que se realça a entrada nos quadros de mais de três mil docentes, os concursos docentes de 2017 ficaram indelevelmente marcados pela injustiça e pela arbitrariedade das colocações em mobilidade interna (25 de agosto), em que a opção do Ministério da Educação (ME) por preencher apenas horários completos – tomada sem qualquer aviso prévio e à revelia do critério que vinha sendo seguido há mais de uma década, por sucessivas equipas ministeriais (incluindo a atual, em 2016) – se revelaria verdadeiramente catastrófica, devido à significativa redução do número de horários a preencher, empurrando largas centenas de professores para colocações a dezenas ou mesmo centenas de quilómetros das suas áreas de residência. Apenas 12 dias depois (6 de setembro), muitos colegas menos graduados, de entre os 2352 inicialmente não colocados, vieram, em sede de reserva de recrutamento, a obter colocações muito mais favoráveis, em horários já antes disponíveis e em escolas e agrupamentos a que colegas mais graduados tinham igualmente sido candidatos. A contestação política e jurídica dos professores lesados e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) foi imediata e diversificada, tendo sido apresentadas várias propostas de resolver ou pelo menos minimizar o problema criado, esbarrando na inflexibilidade do ME/Governo.

O único reflexo minimamente positivo foi a assunção, pelo ME, de que em 2018 haveria um concurso interno antecipado, o qual veio a ser previsto e regulado pelo Decreto-Lei n.º 15/2018. Apenas minimamente, porque o diploma aprovado reafirmava, no seu articulado, a manutenção, em 2018, das condições em que se haviam realizado as colocações em mobilidade interna no ano anterior e previa até a possibilidade de candidatura apenas de quem não pretendesse manter a plurianualidade da sua colocação, o que iria necessariamente inviabilizar que as colocações obedecessem apenas à graduação profissional. Ou seja, o novo concurso, a realizar-se nesses termos, não só não resolveria como até consolidaria as injustiças decorrentes do de 2017...

A contestação da Fenprof continuou em todas as vertentes, designadamente na institucional, junto dos partidos com representação parlamentar, permitindo que a Assembleia da República, em sede de apreciação parlamentar, acabasse por aprovar – dia 6 de abril, com o PS isolado na votação – um conjunto de alterações ao citado DL15/2018, impondo um concurso de mobilidade interna com carácter universal e fazendo-se as colocações em horários completos e incompletos, em função da graduação profissional dos candidatos. Ainda assim, o Governo, revelando um evidente mau perder, ainda tentou, sem sucesso, através do gabinete do próprio primeiro-ministro, que o Tribunal Constitucional pudesse vir em seu auxílio e considerar violadoras da Constituição as alterações impostas pela Assembleia da República, não tendo, no entanto, o Tribunal aceitado sequer pronunciar-se sobre a questão.

Na sequência destas evoluções, foi possível, apesar dos muitos e variados problemas que subsistem na legislação dos concursos, que o de mobilidade interna tenha decorrido de forma correta e generalizadamente aceite, pois os educadores e professores, que, embora em situações distintas e com diferentes interesses e perspectivas, confluem quase a 100% na ideia de que as colocações devem respeitar, acima de tudo, a graduação profissional dos candidatos. Isto não invalida que o Sindicato dos Professores do Norte e a Fenprof continuem a bater-se pela alteração global do regime vigente, também no sentido do reforço do princípio de prevalência da graduação profissional, para o que seria essencial alterar aspetos como a periodicidade do concurso interno (deveria ser anual), as prioridades dos docentes dos quadros, no âmbito dos concursos interno e de mobilidade interna, ou a área geográfica dos quadros de zona pedagógica (QZP), em muitos casos demasiado abrangente e a permitir absurdas deslocações de centenas de quilómetros (para só referir alguns mais significativos), bem como definir critérios concretos para a abertura de lugares de quadro nos agrupamento e escolas.

ATRASOS, ABUSOS DE INTERPRETAÇÃO E ULTRAPASSAGENS OU COMO O ME CONSEGUE INQUINAR ALGO BOM

Apesar da legislação publicada em maio (Portaria nº 119/2018), seis meses volvidos, o Ministério da Educação (ME) ainda não concretizou o reposicionamento dos docentes que ingressaram nos quadros durante o último período de congelamento das carreiras (janeiro de 2011 a dezembro de 2017).

Tudo leva a crer que, com os sucessivos adiamentos, o ME pretende transferir a despesa para o orçamento de 2019, quando esta deveria ter tradução no ano que decorre.

Acresce que, não obstante a portaria que define os termos e a forma do reposicionamento garantir os efeitos remuneratórios a janeiro, o retardamento da sua concretização traduz-se na retenção e utilização pelo Governo de verbas que já deviam estar do lado dos educadores e professores.

Além disso, surge agora outro problema que não é compreendido pelos docentes que ingressaram na carreira antes de 2011 – a sua ultrapassagem pelos colegas a reposicionar, numa situação de desigualdade inadmissível.

Recorda-se que, aquando da negociação, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) foi clara ao afirmar, no conjunto de princípios a respeitar na portaria que regulamenta o nº 3 do artigo 36º do Estatuto da Carreira Docente (reposicionamento), que “neste processo não poderão existir ultrapassagens, nem dos docentes já integrados na carreira antes de 2011, nem dos que são agora reposicionados”. As exigências da Fenprof continuam as mesmas e, como é evidente, os princípios defendidos não se esgotaram com o encerramento do processo negocial. Assim:

- nenhum professor a reposicionar deverá sujeitar-se a procedimentos que não foram impostos aos que já se encontram na carreira (observação de aulas ou vagas);
- nenhum professor já integrado na carreira, em escalão alegadamente correspondente ao seu tempo de serviço, deverá ser ultrapassado pelos colegas a reposicionar.

Foi a inobservância destes pressupostos, por parte do ME, que levou a Fenprof a não aceitar assinar um acordo negocial sobre a matéria, ainda que o produto final da negociação tivesse acabado por ser

incomparavelmente melhor do que pretendia inicialmente o ME e se tenha conseguido, finalmente, desbloquear um problema que nunca deveria ter surgido – a retenção de milhares de docentes dos quadros, durante anos, no escalão de ingresso.

Jurisprudência. Logo que o reposicionamento tenha lugar, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) estará em condições de prestar apoio jurídico aos seus associados que dele necessitem, seja porque foram incorretamente reposicionados ou porque foram ultrapassados por colegas com o mesmo ou até menos tempo de serviço. Será a oportunidade de ganhar uma batalha que os educadores e professores há muito travam: recuperar o tempo de serviço que perderam em 2007, 2009 e 2010, não por força de qualquer congelamento, mas de regimes transitórios penalizadores entre diferentes estruturas da carreira docente. Uma perda que pode oscilar entre 3 e 5 anos, conforme os casos, uma vez que nesses processos de transição apenas foi considerado o tempo de serviço que cada docente tinha no escalão em que se encontrava e não o tempo total de serviço docente.

Ora, o problema das ultrapassagens só se resolverá com a colocação dos docentes que já integravam a carreira em 2010 no escalão da atual carreira correspondente ao seu tempo de serviço total, situação aliás suportada quer por pareceres jurídicos (por exemplo, de Jorge Miranda e Rui Medeiros), quer por jurisprudência, até do Tribunal Constitucional (2012), em que se afirma, a dado passo:

“Constitui jurisprudência uniforme e constante deste Tribunal, que são inconstitucionais, por violação do princípio da igualdade da remuneração laboral as normas (...) que conduzam a que funcionários mais antigos numa dada categoria passem a auferir remuneração inferior à de outros com menor antiguidade e idênticas habilitações, por virtude de reestruturações de carreiras ou de alterações do sistema retributivo em que interfiram fatores anómalos, de circunstância puramente temporal, (...) sem relação com a natureza do trabalho ou com as qualificações, a experiência ou o desempenho dos funcionários confrontados.”



GOVERNO E ME PARECEM QUERER FICAR NA HISTÓRIA POR BONS E MAUS MOTIVOS

A viragem governativa possibilitada pelos resultados das eleições legislativas de 2015 produziu rapidamente diversas medidas de sentido positivo, de que são exemplo: a reposição do valor que os salários da Administração Pública tinham em 2010; a redução e posterior eliminação da sobretaxa de IRS; a reposição de quatro feriados eliminados pelo governo de PSD/PP; o fim da requalificação; a gratuidade dos manuais escolares, que começou no 1º Ciclo e chegará a todos os alunos da escolaridade obrigatória; a extinção da PACC (prova de avaliação de conhecimentos e capacidades), do PET (*Preliminary English Test*), dos exames nos 4º e 6º anos e das absurdas BCE (bolsas de contratação de escola)...

Mas, paradoxalmente, o XXI Governo Constitucional também parece querer ficar na história pelas piores razões – ou, pelo menos, nada faz para o evitar –, devido a uma situação que deveria envergonhar qualquer democrata.

Primeiro foi o envio à Comunicação Social de uma “nota” (12.10.2018, último dia útil anterior àquele em que iria ter início uma greve a algumas actividades docentes), em que o Ministério da Educação alegava não estarem reunidos os requisitos legalmente exigidos para a decretação da greve, pelo que

a considerou decretada de forma ilegítima, por não terem sido observados os aspetos formais exigidos pelo artigo 396º da LTFP (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), ameaçando mesmo que seriam consideradas como faltas injustificadas eventuais ausências dos docentes.

Mais tarde, em reacção à convocatória de greve para o dia 2 de Novembro, data de uma manifestação nacional promovida pela CGTP-IN, Inês Ramires, chefe do gabinete do Ministro da Educação, emitiu, em 26.10.2018, por e-mail, uma comunicação em que afirma: “Entende o Ministério da Educação que, independentemente da tipologia e duração da greve, é sempre devida a observância da antecedência de 10 dias úteis na emissão de avisos prévios de greve no setor da Educação, pelo que a inobservância desta formalidade poderá determinar a produção dos efeitos previstos no artigo 541.º do Código do Trabalho em matéria de justificação das ausências dos trabalhadores”. Assim, entendeu o Ministério da Educação ameaçar mais uma vez quem viesse a aderir à greve com a aplicação de faltas injustificadas. Isto é ainda mais estranho se se considerar que, precisamente para o dia 26 de Outubro, fora também emitido pela Fenprof um pré-aviso de greve a todo o serviço, das zero às

24 horas, com os mesmos cinco dias úteis de antecedência, coincidindo assim com uma greve convocada por várias estruturas sindicais da Administração Pública.

Estas tomadas de posição por parte do ME são manifestamente desprovidas de qualquer fundamento legal, já que não se verificam quaisquer dos alegados vícios das greves convocadas, pois em nenhum dos casos se estava perante quaisquer das actividades que, no âmbito da educação, exigem a prestação de serviços mínimos, de acordo com o disposto na alínea d) do nº 2 do artigo 397º da LTFP, ou seja não estava em causa uma greve “à realização de avaliações finais, de exames ou provas de carácter nacional que tenham de se realizar na mesma data em todo o território nacional”, pelo que também não havia lugar ao cumprimento do prazo de 10 dias úteis para o aviso prévio, bastando cinco dias e antecedência, como dispõe o nº 1 do artigo 396º da LTFP.

Uma atitude inadmissível e intolerável, de quem não olha a meios e claramente abusa do seu poder, não hesitando em recorrer à ameaça e à intimidação, quando falham os argumentos.

José Manuel Costa
dirigente SPN

Os textos assinados não vinculam a Direção do SPN

PRÉ-ESCOLAR: É TEMPO DE INVESTIMENTO

Num tempo que é de exigência, urge contrariar a tendência de descaracterizar este setor da educação, impondo soluções administrativas e curriculares que contrariam a sua essência. O desafio que nos propomos poderá ser determinante para o futuro da Educação Pré-Escolar pública.



Tendo em conta preocupações já demonstradas em momentos anteriores e outras que vão chegando ao sindicato sob a forma de denúncia, o grupo de trabalho do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) para a Educação Pré-Escolar (EPE) decidiu levar a efeito um conjunto de iniciativas que visam dar a conhecer e, caso necessário, denunciar situações que contrariam o que está previsto para o setor em termos legislativos.

De igual forma, decidiu promover uma série de contactos de carácter institucional com o objetivo de promover a defesa da rede pública de EPE e contribuir para uma estratégia de alargamento da mesma. Consideramos que esta deve ser uma preocupação da sociedade e que é uma avaliação que deve ser feita por aqueles que têm responsabilidades a nível da resposta pública de Educação. Porque a Educação Pública de Qualidade deve ser um direito para todos. Assim, destacando os concelhos onde se verifica uma proeminência de oferta privada e solidária, o SPN tem solicitado reuniões com as direções dos agrupamentos e com os órgãos executivos das respetivas câmaras municipais.

Tendo em conta as reuniões já concretizadas, podemos afirmar que, de uma forma geral, a opinião é de que se torna urgente reinvestir no alargamento da rede pública e contrariar toda e qualquer tendência para entregar a universalidade da oferta para crianças com três anos de idade às redes solidária e privada, conforme chegou a ser admitido pelo primeiro-ministro, em resposta às queixas dos detentores de colégios/escolas privadas aquando da questão relativa aos contratos de associação.

Para discutir esta e outras matérias, o SPN, à semelhança do que aconteceu no ano letivo passado, prevê realizar dois encontros regionais da EPE em 2019, um em Braga e outro em Vila Real, subordinados ao lema “Políticas Educativas na EPE: relançar a profissão”.

EPE em Bragança. Entretanto, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e os seus sindicatos acordaram a necessidade de

questionar o Governo quanto às decisões políticas de expansão da EPE pública. Para o efeito, em janeiro, foi distribuído um inquérito aos agrupamentos de escolas para uma recolha de dados que permitam caracterizar o setor relativamente a esta questão e discutí-la com os diretores de agrupamentos e presidentes de Câmara. No que ao distrito de Bragança diz respeito, os dados apurados – cruzados com informação disponível na base PORTDATA – permitem projetar a matrícula de 1142 crianças nos estabelecimentos da rede pública e 1085 na rede solidária; esta integra apenas instituições particulares de solidariedade social (IPSS) localizadas nas vilas e cidades. Verifica-se que em alguns concelhos, o número de crianças na rede solidária é bastante mais elevado do que na rede pública, por exemplo em Freixo de Espada à Cinta (45/15), Mirandela (282/174) ou Bragança (389/297). Quanto a salas disponíveis (atualmente não ocupadas), são 19 no total dos agrupamentos. Relativamente aos educadores em funções em estabelecimentos públicos, são essencialmente de quadro de agrupamento (77) ou de zona pedagógica (53) e em número bastante elevado face ao número de crianças a frequentar – para esta situação concorre a redução do número de crianças, o encerramento de jardins nas aldeias, a fusão de agrupamentos, o aumento de idade da reforma e a abertura de IPSS.

Entretanto, para melhoria das condições de apoio, acompanhamento e vigilância às crianças, foi reforçado o rácio de assistentes operacionais, com a atribuição de um a cada grupo de crianças em sala (a maior parte dos agrupamentos já cumpria a Portaria 272-A/2017).

Face a esta realidade, deve concluir-se que a Administração Central não tem efetuado um planeamento cuidadoso da rede de estabelecimentos nem da integração de docentes em quadros, estando a desperdiçar recursos físicos e humanos do setor público, ao mesmo tempo que privilegia a abertura de instituições privadas nas localidades mais populosas.

ENCONTRO NACIONAL REAFIRMA DIREITOS DOS DOCENTES



“A dignificação da função docente no Ensino Particular e Cooperativo, Ensino Artístico Especializado e Ensino Profissional” foi o lema do Encontro Nacional do Ensino Particular e Cooperativo, realizado pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) no dia 17 de novembro.

O encontro, que decorreu na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, traduziu “o debate sobre os problemas que enfrentamos e, sobretudo, sobre as melhores estratégias para os superar”, explicou Manuela Mendonça, adiantando que este debate é “tão mais importante quanto mais graves são os problemas. E no Ensino Particular e Cooperativo (EPC) ressaltam, desde logo, os que decorrem da caducidade do contrato coletivo de trabalho da Fenprof, em maio de 2015”.

A coordenadora do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e secretária nacional da Fenprof alertou que o problema “tem vindo a deteriorar as condições de exercício da condição docente neste setor, agora mais desprotegido perante abusos das entidades patronais” – no caso particular da Região Norte, o SPN tem denunciado “irregularidades e ilegalidades várias” em algumas escolas e pressões sobre os docentes “para que aceitem condições laborais que não respeitam os enquadramentos legais vigentes”, registando-se mais pedidos de reuniões sindicais em estabelecimentos privados e queixas sobre abusos relativos a recibos verdes, contabilização do tempo ao minuto e atitudes discriminatórias e intimidatórias ao nível do exercício de direitos sindicais, entre outros.

Os educadores e professores que resistem “são marginalizados, isolados e até convidados a rescindir o contrato de trabalho”, referiu Manuela Mendonça. E com medo de represálias, muitos evitam tomar uma posição. “Não podemos nem iremos permitir que os direitos dos docentes do EPC sejam desrespeitados, nem admitir que os delegados e ativistas sindicais sejam perseguidos nas instituições”, garantiu a coordenadora do SPN, acrescentando que, no âmbito da estratégia nacional da Fenprof, o sindicato “tem procurado estabelecer acordos de empresa que possam ajudar a ultrapassar e a minimizar os efeitos decorrentes da caducidade do contrato coletivo de trabalho, até que seja possível subscrever um novo acordo, esse sim, o objetivo principal pelo qual temos de continuar a lutar”.

Importante saber usar a Lei

Para falar da importância do contrato coletivo de trabalho (CCT) e refletir sobre os tempos e os problemas que se vivem, o encontro teve a participação de Jorge Leite, especialista em Direito do Trabalho, e de Manuel Carvalho da Silva, investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Jorge Leite centrou a sua intervenção na caducidade das convenções coletivas e seus efeitos nos contratos individuais de trabalho. “O nosso sistema de relações profissionais, em particular o nosso sistema de negociação coletiva, é viciado. Está feito exatamente para acontecer aquilo que acabou por acontecer em 2015”, afirmou o jurista, explicando que “o modelo português de relações profissionais está todo ele predisposto para beneficiar empregadores e alguns setores sindicais, prejudicando a maioria”.

“A Constituição reconhece aos trabalhadores o direito à contratação coletiva” e, no seu entender, “o direito à contratação coletiva não é apenas o direito de negociar as condições coletivas de trabalho, é o direito a ter um estatuto coletivo, que foi aquilo que uma boa parte de vós perdeu em 2015. Verdadeiramente o que vos fizeram foi isso: o vazio de estatuto coletivo”.

Jorge Leite considerou que todas as “ruindades” têm a marca PSD/CDS, da direita em maioria absoluta, lembrando que o primeiro grande momento de degradação do Direito do Trabalho em Portugal começou em 1988-1991, com a alteração da Lei dos Despedimentos. A degradação não ficou por aí e “acentuou-se” com o Código do Trabalho de 2003, ao introduzir a “figura da caducidade”, que pode privar os trabalhadores do seu estatuto coletivo. Para o jurista, há um certo caos instalado e o problema da caducidade está relacionado com o conhecimento e o uso da Lei. “Esta é uma frente muito importante da luta dos sindicatos, dos trabalhadores e da população em geral. É importante saber usar a Lei!”

Harmonização no progresso

Manuel Carvalho da Silva abordou a ausência da convenção coletiva nas relações laborais e as suas consequências para os docentes. “É preciso um esforço muito grande para se construírem identidades coletivas. Não há ação coletiva se não houver construção de identidade e a coisa não é fácil nesta sociedade que tanto promove o individualismo. É preciso construir a ação a partir da identidade coletiva e arranjar espaço na sociedade para transmitirmos aquilo que queremos, e isso não é fácil. Um dos crimes maiores que têm sido cometidos contra os professores é a estigmatização que tem sido dada à sua luta”, começou por dizer.

“A contratação coletiva tem de ser a harmonização no progresso.” Esse é um combate fundamental e por isso os sindicatos têm de ser mais ofensivos, frisou o ex-secretário-geral da CGTP-IN, explicando que o avanço na conquista de dignidade do trabalho assentou num

tripé formado pela liberdade de organização (liberdade sindical), pelo reconhecimento do Direito do Trabalho como ramo específico do Direito e pela contratação coletiva. “Eliminar a negociação coletiva e entregar isto a uma autorregulação a partir do poder patronal é um drama”, sublinhou, acrescentando que a contratação coletiva acolhe dinâmicas e conteúdos do processo de luta pela justiça social. Carvalho da Silva considerou, por outro lado, que “o tempo pertence às pessoas”, que é preciso “que o salário seja uma retribuição justa” e que é necessário o reconhecimento da formação, informação, participação e diálogo. “Precisamos de um ancoradouro coletivo, onde há limites abaixo dos quais não se pode passar, e essa é a falta de um contrato coletivo, por exemplo, no vosso caso”, referiu, lembrando que será possível “um sistema de ensino qualificado, estruturado, estabilizado, se continuarem a tratar os professores como descartáveis”.

Testemunhos à flor da pele

Os professores presentes no encontro apresentaram casos e levantaram alguns problemas relacionados com a progressão na carreira e com a falta de respeito dos empregadores, as pressões, o assédio e as perseguições aos professores, especialmente aos que denunciam; com a falta de fiscalização do investimento público no ensino privado e a falta de transparência dos processos; com a falta de apoio que sentem e com o ‘meio termo’ em que muitos vivem; com os horários e as condições de trabalho e com a defesa dos professores... Testemunhos sentidos à flor da pele, expondo casos de vidas reais, onde uma vírgula pode fazer toda a diferença. Numa altura em que se aguarda o agendamento da discussão na Assembleia da República da petição promovida pela Fenprof para a celebração de um CCT que respeite o estipulado na Lei de Bases e o Estatuto do EPC, também foram ouvidos representantes dos grupos parlamentares do PSD (Margarida Mano), do BE (Luís Monteiro) e do PCP (Ângela Moreira), que se pronunciaram sobre o interesse público da função docente no EPC, as perspetivas políticas para a sua concretização e a dignificação da profissão docente.

Para o secretário-geral da Fenprof, que encerrou o encontro, a iniciativa serviu, não para falar das ‘guerras’ dos privados ou dos públicos, mas “das ‘guerras’ dos professores”: os horários, as condições de trabalho, o desgaste, as carreiras, os salários, o problema da gestão... Mário Nogueira garantiu que a Federação vai continuar a fazer tudo o que for possível e apelou à presença dos professores na Assembleia da República, aquando da discussão da petição.

Maria João Leite
a Página da Educação

UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO.

No final do encontro, foi aprovada uma resolução sobre a dignificação da função docente no EPC, da qual se destacam:

— a celebração de um CCT que aproxime as condições de trabalho no setor privado às do setor público;

— o reconhecimento, para efeitos de progressão na carreira, de todo o tempo de serviço prestado, no privado ou no público, e englobando os docentes do Ensino Artístico Especializado e do Ensino Profissional;

— a fiscalização e o controlo dos financiamentos públicos a estabelecimentos do setor privado;

— a transferência atempada das verbas necessárias para o financiamento das escolas com contratos estabelecidos com o Ministério da Educação;

— a estabilidade profissional, pondo fim a despedimentos injustos e ilegais;

— e o reforço da organização sindical no setor.

ADRIANO COSTA

EM DISCURSO DIRETO

Que balanço faz do Encontro Nacional?

Penso que o balanço é bastante positivo, mas teria sido muito mais positivo se houvesse mais participantes. Aquilo que considero uma baixa participação dos professores tem a ver, também, com o momento que o setor vive. Tem sido muito difícil! O setor está sem contrato coletivo de trabalho (CCT) há quatro anos. Isto provoca um grande desgaste nas pessoas e também descrédito nas organizações sindicais. De resto, na abertura, a coordenadora do SPN tocou nos pontos principais, que têm exatamente a ver com a contratação coletiva, com os problemas nos locais de trabalho, com as pressões das entidades empregadoras, inclusivamente, até com algum afastamento de professores não sindicalizados, que praticamente marginalizam os sindicalizados. É um desgaste constante, além do desgaste que já é a profissão docente.

São essas as grandes questões do EPC?

A maior questão, neste momento, é efetivamente a falta de um CCT. São quatro anos sem uma legislação própria. Estes docentes estão há quatro anos ao abrigo do Código de Trabalho, sem uma legislação específica que regule a sua atividade profissional. O que é muito desgastante. Porque sofrem pressões diárias nas instituições onde trabalham, porque não veem a sua carreira progredir como deveria e porque não há contagem do tempo de serviço. Portanto, são quatro anos que os professores entendem como praticamente perdidos. E esse é que é o maior problema nesta altura.

São muitas as diferenças em relação ao setor público?

Eu diria que, em termos de legislação, ainda existe muita diferença. E muito caminho a percorrer ao nível de horários de trabalho, carreira, vencimentos. E depois, a diferença que, no meu ponto de vista, é a mais significativa: no setor público, o patrão não está diretamente em contacto com o trabalhador; o patrão está longe, embora exista o diretor, e, portanto, não há a ameaça constante do desemprego. No privado, quando as coisas não correm bem, a primeira coisa que o professor ouve é “se não estás bem, vais pra rua”. A ameaça do desemprego está sempre presente em qualquer conversa, em qualquer reivindicação que se faça. Daí a baixa participação no encontro, daí a grande dificuldade de dinamizar e motivar os professores para qualquer tipo de luta. É muito complicado, porque se um professor fizer greve, se encetar ou participar em qualquer forma de luta, é logo colocado à margem, e à primeira oportunidade é despedido. E isso não acontece no público.

O que tem sido feito a nível nacional, pela Fenprof?

Penso que tem sido feito aquilo que é possível. Poder-se-á dizer que não tem sido feito o suficiente, mas não estaremos a ser justos, porque para se fazer mais, se calhar, teria de haver disponibilidade por

parte dos professores para a luta. E essa é a grande dificuldade. Fez-se uma manifestação em Lisboa, à porta da Confederação Nacional da Educação e Formação, que é quem negocia connosco o CCT, quando quer e lhe apetece – que o denunciou e que agora não tem manifestado vontade em negociar um novo. Tomou-se a iniciativa da petição, que foi aprovada e vai à Assembleia da República para ser discutida. No encontro, houve um apelo feito pelo Mário Nogueira, para que, na altura da discussão, pudessem estar bastantes professores a assistir, mas eu não vejo grande viabilidade nisso...

E o que tem feito o SPN?

AC: O SPN está a procurar fazer um trabalho de base, com alguns anos de atraso, que é pôr professores ligados ao setor a trabalhar efetivamente no EPC. Ou seja, aqueles que sentem o problema trabalharem no problema. E têm-se feito coisas interessantes, principalmente reuniões em escolas, jardins de infância, colégios, em escolas de Ensino Artístico Especializado de música... Tem havido uma dinâmica constante, de forma a motivar os professores para estarem atentos e, quando for necessário, participarem na luta. Exemplo disso é que no último ano letivo, tínhamos seis delegados sindicais eleitos nas escolas privadas e, no final do ano letivo, tínhamos 23. Vamos agora tentar criar alguns departamentos, porque o EPC divide-se em vários setores: Ensino Artístico Especializado, Ensino Profissional e ainda não estamos a incluir as IPSS... Portanto, precisamos de organizar o sindicato por setores, para que cada um possa trabalhar de forma mais específica e intensa.

As expectativas são boas? O que esperar?

As expectativas são boas, por um lado; não serão tão boas, por outro. O que temos verificado é que, passados quatro anos sem um CCT, os professores começam a desanimar, a quebrar e a deixar de resistir. Quatro anos correspondem, em termos de tempo de serviço, a um nível salarial. Ou seja, ao fim de quatro anos, os professores deviam estar a subir de nível salarial e não sobem, porque, como não temos CCT, o tempo de serviço nesses quatro anos não é contabilizado para progressão na carreira. Por outro lado, eles veem que outros colegas, que são sócios de outro sindicato e que assinaram o contrato com o qual nós estamos em perfeito desacordo, estão a progredir na carreira. Este é um aspeto negativo que tem de ser devidamente analisado e tratado. Vamos ver o que nos aguarda até ao final do ano, mas não vislumbro horizontes muito positivos.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Portugal foi pioneiro na prática da inclusão, tendo sido um dos primeiros subscritores da Declaração de Salamanca (1994) e da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas (2006).

A educação inclusiva tem subjacente uma conceção de Escola onde todas as crianças e jovens, sem exceção, têm as mesmas oportunidades, independentemente dos valores culturais, limitações físicas ou intelectuais, o que significa que o conceito de inclusão implica o respeito pelas necessidades de cada um. A educação é inclusiva quando o processo de inclusão tem em conta não só as crianças que apresentem necessidades específicas, mas também aquelas com dificuldades permanentes ou temporárias, sujeitas a retenções, forçadas a trabalhar, que vivem em locais distantes de qualquer escola, que são sujeitas a condições de extrema pobreza, que são vítimas de abusos de vários tipos e mesmo as que apresentam características de sobredotação.

Tendo em conta esse princípio, a escola inclusiva tem por objetivo a educação integral das crianças e jovens, a promoção da educação para a cidadania, o reforço da democracia – contributo fundamental para que todos aprendam a viver juntos e se respeitem, independentemente das suas diferenças.

As políticas públicas de educação inclusiva têm vindo a ser implementadas há vários anos, seguindo mudanças sociais e tecnológicas, com o objetivo de possibilitar uma educação de qualidade a diferentes alunos.

Mudança de paradigma. Nesse sentido, o preâmbulo do Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, integra uma filosofia de



educação e escola inclusiva que responde às conceções sempre defendidas pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof), na medida em que incentiva mudanças muito significativas nas atitudes face à escola e aos processos de ensino-aprendizagem, anunciando a intenção de dar resposta à diversidade de necessidades através do aumento da atividade e da participação efetiva de cada aluno, estabelecendo um contínuo de respostas multinível para todos. Abandona, de facto, os sistemas de categorização de alunos e o modelo de legislação especial para alunos especiais, passando a colocar o enfoque nas respostas educativas diferenciadas, o que é positivo. E preconiza uma mudança de paradigma em que a Educação Especial, agora designada Educação Inclusiva, deixa de ter uma identidade distinta, atribuindo à escola a responsabilidade de se organizar para dar respostas adequadas a todos os alunos. Contudo, a inclusão não começou com este diploma, como parece que alguns querem fazer crer, nem a Escola se torna mais inclusiva por decreto. De facto, não há mais inclusão mantendo os recursos que já existem e atribuindo a cada diretor a responsabilidade de os organizar conforme a sua sensibilidade, o que representa, desde logo, uma grande fragilidade do diploma.

A educação inclusiva tem de se traduzir em estratégias e práticas diferenciadas na própria sala de aula. Além da necessidade premente de aumentar os recursos humanos e materiais, é fundamental proporcionar formação gratuita a todos os docentes e criar condições de trabalho, respeitando escrupulosamente o horário laboral dos professores, nas componentes letiva e não letiva.

A falta de formação dos profissionais atualmente implicados nas equipas multidisciplinares, como elementos permanentes ou variáveis, tem sido um elemento perturbador e gerador de frustração, o que compromete a concretização bem sucedida do processo de inclusão.

Oportunidade perdida? A precipitação na implementação do novo regime legal – devido a várias ambiguidades do articulado, nomeadamente à falta de clarificação das funções do professor de educação especial – está a gerar muitas dificuldades e preocupações na sua aplicação. E, provavelmente, dentro de três ou quatro anos, iremos constatar que esta legislação não passou de uma oportunidade perdida.

Daí que a Fenprof defende o adiamento da sua aplicação por um ano e propõe que o ministério disponibilize formação gratuita e adequada a todos os professores. Porque, como explica Márcia Pletsch, “educação inclusiva implica uma transformação na estrutura física, organizacional, pedagógica e filosófica da escola. Para ser inclusiva, uma escola tem que ter acessibilidades (nos aspetos arquitetónicos, materiais e de comunicação), flexibilidade curricular, práticas pedagógicas diferenciadas de ensino e avaliação, e, principalmente, uma equipe de professores e gestores capacitados para lidar com a diversidade dos estilos de aprendizagem e demandas de seu aluno”.

A inclusão constrói-se, a responsabilidade é de todos. A escola e os professores têm de ser capazes de transformar o conjunto de diferenças em vantagens educacionais. Haja meios e recursos! É o grande desafio que se impõe.

O SPN E A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Concetualmente, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania é um instrumento positivo. Mas comporta vários aspetos negativos: não envolvimento atempado dos educadores e professores; incompatibilidade com a natureza unipessoal da direção escolar; pendor individualista e competitivo do referencial curricular; disciplinarização e avaliação; escassez de condições e de recursos.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) considera que uma estratégia nacional de Educação para a Cidadania é um instrumento importante para a concretização do Perfil dos Alunos à saída da escolaridade obrigatória e da própria Lei de Bases do Sistema Educativo. Contudo, não basta definir políticas; é imprescindível criar condições para que elas se concretizem, nomeadamente, garantindo o envolvimento dos professores e educadores em todas as fases do processo, adequando a matriz organizativa da escola às finalidades a atingir e disponibilizando os recursos necessários.

Desfasamento. Neste quadro, uma primeira nota a realçar no documento “Estratégia Nacional de Educação Para a Cidadania” é o seu desfasamento relativamente ao atual modelo de gestão das escolas. Prescreve-se que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento deve estar “integrada nas políticas e práticas da escola democrática envolvendo toda a comunidade escolar”, como se o caráter tecnocrático do atual modelo, com a concentração de poderes num diretor, se pudesse compaginar com lógicas democráticas de natureza participativa e direta por parte de professores, alunos e restantes membros da comunidade escolar. A socialização para os valores da democracia, da cidadania, do diálogo e da participação concretiza-se através da vivência numa organização onde crianças e jovens estão cada vez mais anos das suas vidas. Neste sentido, o SPN reafirma que a valorização da escola pública enquanto espaço de aprendizagem da vida em sociedade exige a democratização da governação das escolas.

Organização. Outra questão relevante prende-se com a definição e organização dos domínios da Educação para a Cidadania, onde parece prevalecer uma conceção individualista, em que a cidadania é vista como uma agência sobretudo singular, não expressando a totalidade das dimensões coletiva e associativa da vida cívica essenciais à construção de uma democracia robusta e capazes de dar



voz à fonte da soberania política – o povo (termo nunca referido no referencial), nas suas diversas matizes e nos seus universos mais particulares ou globais.

A ausência de domínios curriculares relativos a ameaças à democracia, a conflitos sociais e identitários, a transformações políticas e económicas, à construção da União Europeia e à própria democracia portuguesa e suas genealogias, constitui uma lacuna, sobretudo ao nível do Ensino Secundário, que, podendo ser enriquecida com a autonomia dos professores e das escolas, não deixa de parecer apontar para um referencial curricular de pendor liberal e para uma mobilização individualista, competitiva e despolitizada dos cidadãos. No plano da operacionalização de Cidadania e Desenvolvimento, a disciplinarização nos 2º e 3º ciclos levará, em muitos dos casos, a um processo de reatribuição do tempo de Ciências Sociais e Humanas, implicando uma diminuição da carga letiva de História e de Geografia (decisivas para uma educação cívica sólida e democraticamente comprometida), uma justaposição/sobreposição com a disciplina de TIC ou a afetação de responsabilidades docentes no âmbito da direção de turma.

Avaliação. A adequação de um regime de avaliação de tipo sumativo no final de cada período, afigura-se igualmente questionável, já que, tratando-se de uma ‘disciplina’ de natureza interdisciplinar, prática e experiencial, obriga a aferir e refletir sobre comportamentos, valores, expectativas, possibilidades e conflitos que toda a aprendizagem e experiência cívica comporta. A não ser que se pretenda medir o conhecimento e o domínio de conceitos e ideias, a classificação dos alunos de 1 a 5 revela-se problemática – não será por acaso que se aplica um critério diferente (avaliação não sumativa) no Ensino Secundário, se a escola optar por ter Cidadania e Desenvolvimento como disciplina autónoma.

De salientar ainda que a Estratégia Nacional recomenda “que o desenvolvimento da Estratégia de Educação para a Cidadania em

cada escola possa constituir uma das vertentes da sua avaliação externa”, o que quer dizer que, a consumir-se esta recomendação no novo referencial de avaliação externa das escolas (em vias de conclusão), o desenvolvimento da Estratégia acabará, mesmo sem recursos e com as debilidades apontadas, por ter implicações na organização das escolas e na sua imagem externa, com repercussões nas lógicas pedagógicas e de ação.

Coordenação. Regista-se a recomendação de que cada escola tenha um docente coordenador da Estratégia, membro do Conselho Pedagógico, capaz de fazer a articulação entre os professores da disciplina, o Projeto Educativo da Escola, os vários parceiros internos e externos e a Equipa Nacional de Educação para a Cidadania, bem assim como a obrigação de “apresentar um relatório anual que deve incluir as necessidades de formação contínua de docentes neste domínio”. No entanto, contra o que seria de esperar, tendo em conta a exigência daquele lugar de coordenação, em nenhum momento é referida a possibilidade de afetação de tempo letivo específico a essas funções, para que possam ser cabalmente desenvolvidas.

Formação. Apesar de ser proposto o lançamento de um programa de formação a desenvolver através dos centros de formação de associação de escolas (CFAE) e a integração da Educação para a Cidadania na componente curricular da formação inicial de professores, a verdade é que o ciclo de formação lançado pela Direção Geral de Educação para o início do ano letivo e operacionalizado pelos CFAE abrange apenas um docente por agrupamento (o coordenador do projeto), não estando prevista qualquer formação para os professores que, efetivamente, operacionalizarão a Cidadania e Desenvolvimento junto dos alunos...

Assinalo o 36º aniversário do SPN lembrando o sindicato que somos: um sindicato ativo e combativo, que se orgulha do seu passado e que procura continuar esse caminho, trabalhando quotidianamente para ultrapassar obstáculos; às vezes tropeçando neles, mas sempre encontrando no coletivo a força e a energia necessárias para seguir em frente.

UM OLHAR PARA DENTRO

Quando pensava no que poderia dizer para assinalar este aniversário, ocorreu-me que podia falar sobre o SPN a partir do trabalho que desenvolvemos na semana do nosso aniversário, valorizando esse coletivo, o trabalho em equipa e a complementaridade dos elementos que a constituem: dirigentes (a quem cabe a responsabilidade primeira) e delegados sindicais, mas também os funcionários, os advogados e outros sócios do SPN.

Então, o que fizemos de relevante entre 12-16 de novembro?

— estivemos na rua a sensibilizar a população para as razões da nossa luta, pedindo às pessoas para subscreverem um postal a enviar ao primeiro-ministro; nas bancas que montámos em várias cidades da região Norte, recolhemos centenas de postais e prestamos declarações a órgãos de comunicação nacionais, regionais e locais; também produzimos um pequeno vídeo para publicar na nossa página da internet;

— realizámos, no Porto, um seminário sobre o regime legal para a educação inclusiva – um de vários que temos estado a realizar;

— realizámos uma reunião de docentes e investigadores da Universidade do Porto, cujos requerimentos para regularização dos vínculos ao abrigo do PREVPAP começaram a ser analisados (só na UP são perto de 600 colegas nesta situação, pelo que temos pela frente um trabalho imenso).

— integrámos uma delegação da Fenprof que reuniu no Porto com a CNEF (Confederação Nacional de Educação e Formação);

— participámos no Encontro Nacional do Ensino Particular e Cooperativo, Ensino Artístico Especializado e Ensino Profissional, promovido pela Fenprof, em cuja organização tivemos responsabilidades acrescidas, por se ter realizado no Porto;

— participámos na manifestação nacional promovida pela CGTP-IN, em Lisboa (viajamos num comboio fretado pela União de Sindicatos do Porto e no regresso recolhemos mais 329 postais de apoio à nossa luta);

— contactámos direções dos agrupamentos dos distritos de Braga e Bragança, pedindo reuniões

para discutir a necessidade de expansão da rede pública da Educação Pré-Escolar;

— contactámos todos os sócios do 1º Ciclo de Matosinhos, denunciando uma ingerência da Câmara Municipal nas práticas letivas e nos horários de trabalho dos docentes, na senda da ‘municipalização da educação’ (no continuidade, realizou-se um plenário concelhio na semana seguinte);

— reunimos com a vereadora da Educação de Guimarães para abordar a temática da municipalização/transferência de competências para as autarquias;

— realizámos várias reuniões internas de departamentos e frentes de trabalho, para preparar o plano de atividades e o orçamento do sindicato para 2019.

Em festa e em luta. Além disto, continuámos a fazer o que já costumamos fazer: atendimento a sócios nas 15 delegações (presencial, por mail e telefone), respondendo a uma multiplicidade de questões: preparação de processos judiciais e defesa nas barras de tribunais; 19 reuniões de escola... Uma listagem que mostra bem o que é o SPN, a diversidade que o caracteriza e a quantidade e variedade de respostas que quotidianamente somos chamados a dar, nos vários planos: da Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior, no setor público e no privado, no plano local, regional e nacional (no âmbito da Fenprof e da CGTP-IN).

Este é algum do trabalho que vamos fazendo. Às vezes com dificuldade e alguma frustração à mistura, muitas vezes com a consciência de que fazemos o que podemos, sem perder de vista o muito que ainda está por fazer, para a valorização da educação e da profissão e para a construção de uma sociedade mais igualitária.

E aqui estamos, 36 anos depois de mais de cinco mil professores do Norte terem decidido constituir o SPN, naquele que foi um dos mais democráticos e participados processos de ação sindical realizados até hoje.

Estamos em festa. Estamos em luta. Viva o SPN!

Manuela Mendonça
coordenadora do SPN

INICIATIVAS LOCAIS

VIANA DO CASTELO. O Espaço Madruga, espaço emblemático e cheio de memórias sindicais, integrado na sede da delegação do SPN, foi palco para a comemoração do 36º aniversário do Sindicato dos Professores do Norte (SPN). A poesia de Armanda Santos e José Escalera, seguida dos fados de Coimbra entoados pelo grupo Toadas do Lima deram ainda mais força às reivindicações dos professores e educadores que decorreram ao longo do último ano letivo. As velas do bolo de aniversário acenderam o fervor das lutas de amanhã, recordando o bem que nos faz sermos sindicalizados no SPN. É unidos que ganhamos força e é nestes momentos que sentimos e percebemos que nunca baixaremos os braços. É esta a intenção dos associados vianenses para mais um ano de luta, porque unidos ganhamos força e só assim alcançaremos os nossos direitos.

Entretanto, até ao final do ano, ficará patente a exposição “Um ano de luta na Educação no 36º aniversário do SPN”. Nas paredes do Espaço Madruga é bem visível o esforço e a força que os professores e educadores demonstraram nas manifestações, concentrações, greves e outras iniciativas em prol da dignidade da profissão docente.

Uma exposição que reafirma, também, a preocupação desta delegação do SPN com o contacto com a comunidade vianense: aproveitamos todas as oportunidades para estar junto da população e transmitir as injustiças cometidas pelos sucessivos governos sobre as condições de trabalho dos educadores e professores e a falta de equidade nos direitos sociais. Na Praça da República ou da Liberdade, sentimos que a população percebe as nossas ações de luta e que o seu coração palpita ao ritmo do nosso.

BRAGANÇA. No dia 23 de novembro, a delegação de Bragança festejou o 36º aniversário do sindicato com um jantar abrilhantado por músicas e cantares do passado e do presente. Foi uma noite de convívio e partilha entre profissionais que comungam os mesmos problemas e anseios; lembranças de lutas e conquistas que foram desenhando a carreira docente e a vida dos professores durante estes 36 anos. Numa atitude de nunca desistir, os professores participantes demonstraram ter grandes expectativas na possibilidade de resolução dos seus problemas. A direção distrital do SPN/Bragança saúda todos os sócios do distrito pelo seu contributo e apoio a esta força que conta.



MIRANDELA. Uma vez mais, os sócios de juntaram-se para o jantar de aniversário do SPN. No convívio foi visível a união de todos os presentes, coincidindo em que devemos permanecer fortes na luta pela melhoria das condições de exercício da profissão. Com a sala cheia, houve oportunidade para partilhar experiências, opiniões e boas praticas, uma vez que estavam presentes colegas desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior. A mensagem que ficou deste encontro é que a força do SPN reside em cada um de nós. Porque é dos professores que nascem as grandes soluções. [Mariana Correia]

Ética, Autonomia, Flexibilidade, Cidadania, Inclusão

SPN PROMOVE DEZENAS DE SEMINÁRIOS

Porque tudo o que diz respeito às escolas e aos educadores e professores também diz respeito ao sindicato, o SPN, através do seu centro de formação, elaborou um plano de ações creditadas de curta duração, de diferente tipologia. Do 'menu' constam mais de duas centenas (até ao final do ano letivo) e já se realizaram várias, em diferentes localidades.





Quando, num dos momentos de maior perturbação nas escolas de que há memória (provocada pela greve às reuniões de avaliação, em julho), o Governo fez publicar legislação que obrigava à generalização do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC) e alterava as regras da inclusão, fê-lo consciente de que as escolas não tinham condições para a sua implementação; fê-lo sabendo que os professores necessitavam de formação, que lhes foi negada; fê-lo contrariando a opinião da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), que propunha um ano de experiência; fê-lo mesmo sabendo que os professores atravessavam uma fase de profundo desencanto profissional e desmotivação provocada pelo desrespeito e injustiça de que têm sido objeto por parte desse mesmo Governo. Fê-lo, muito provavelmente, por questões relacionadas com os tempos eleitorais que perigavam o desejo de deixar marca.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN), acreditando que tudo o que diz respeito aos professores diz respeito ao sindicato, tomou em mãos esta preocupação e, convocando o seu Centro de Formação (CF/SPN), elaborou um plano de ações creditadas de curta duração. Do plano traçado – mais de duas centenas até ao final do ano letivo – já se realizaram várias, em diferentes localidades. Foi o caso dos seminários “Flexibilidade Curricular: caminho para o sucesso?”, promovido pela delegação da Póvoa de Varzim, e “Valorizar a escola participada e democrática. Cidadania, flexibilidade curricular e inclusão”, promovido pela delegação de Amarante, bem como da ação/seminário “Regime legal para uma educação inclusiva”, realizada, por enquanto, em S. João da Madeira, Porto, Bragança e Paços de Ferreira.

“Ética e Educação”

Curiosamente, a primeira iniciativa do CF/SPN neste primeiro período, realizada em Bragança, versou a temática “Ética e Educação”. Nesse seminário, Evangelina Bonifácio e Maria Lopes de Azevedo, numa sessão moderada por Maria da Luz Afonso, aprofundaram e destrinçaram os conceitos de ‘ética’ (filosofia moral; reflexão sobre os princípios e os valores que devem nortear os costumes, modos de ser e de fazer; sabedoria da ação humana), ‘moral’ (explicitação e formação de regras e padrões de conduta, em conformidade com determinados princípios éticos) e ‘deontologia’ (moral profissional; explicitação de regras e padrões de conduta de uma determinada atividade profissional).

Analisaram as implicações e consequências do que significa ‘ser

professor’ (um ‘mestre’ que seleciona e promove aprendizagens de indivíduos em diversos níveis e circunstâncias do sistema educativo); e o que ‘faz um professor’ (planifica, executa, coordena, auxilia e avalia todo o desenvolvimento de um currículo). O professor não está inerte, antes reflete o contexto político, cultural, social que dita o tipo de educação que exerce: liberal, behaviorista, progressista, humanista, radical... Uma atividade complexa e difícil, sem dúvida. E o século XXI, irá determinar a ‘morte’ do professor ou transformará o professor-humano em professor-robot? Problemáticas que interpelam o *saber fazer ser* do professor. E sobre o assunto citou-se Manuel Patrício: ao professor “compete a difícil tarefa de *fazer ser*. Não um *fazer ser* técnico, mas um *saber fazer* ético. Ele não *faz ser* coisas; *faz ser* pessoas”.

E de muito mais se falou naquela manhã de sábado, 29 de setembro: o que é a Educação, qual o conceito de profissão, o lugar do profissional da educação, a profissionalização, a profissionalidade, as várias dimensões do perfil do professor – e foi lembrado o conceito de ‘hospitalidade ética’, desenvolvido por Isabel Baptista, porque, afinal, “o professor dá rosto ao futuro”.

“Flexibilidade Curricular: caminho para o sucesso?”

No seminário da Póvoa de Varzim (3 de outubro) privilegiou-se a reflexão em torno da flexibilidade curricular. Porque se pretendia um debate alargado e clarificador, em jeito de contraditório, convidou-se Ariana Cosme (consultora do secretário de Estado para o PAFC) e Francisco Teixeira, da direção do SPN; Ana Alice Rodrigues (diretora do Agrupamento D. Afonso Sanches) e Arlindo Ferreira (diretor do Agrupamento Cego de Maio) também marcaram presença e relataram, em intervenções elucidativas e esclarecedoras, as experiências dos respetivos agrupamentos no ano experimental (2016/17), testemunhando a importância que o projeto experienciado teve no desenvolvimento da ação pedagógica, onde, frisaram, a direção se apresentou essencialmente como elemento facilitador e motivador, recusando a postura impositiva. Em ambos os casos, o resultado foi positivo!

Ariana Cosme considerou que com o PAFC o que está em causa “é a transformação da prática” tendo em consideração o perfil dos alunos definido em prol de uma *Escola para Todos*, pelo que importa “pensar de outra maneira a oportunidade de pensar”. O que agora se pede a um aluno é que “esteja pronto para pensar diferente da maneira que pensamos”. E a palavra mágica para



esse desiderato é a colaboração, porque “o bom lugar é o lugar do encontro”.

Para a autora, o decreto-lei em causa é uma oportunidade que “condena a escola à liberdade de escolher um projeto de construção de conhecimento”. Este é “o lugar da oportunidade da escola”, que assenta “numa outra forma de conceber a aprendizagem”. Um projeto que não põe em causa “o trabalho dos alunos, antes amplia as possibilidades de construção de verdades e saberes mais significativos que permitam deter melhor o futuro”.

E é a partir da “diversidade do território que tem sentido criar respostas”. Respostas contextualizadas, “que sirvam melhor cada aluno, a partir de cada comunidade (...) sem medo de desfragmentar a identidade nacional”. Porque esse “é um risco que não corremos”, dada a dimensão do país e a identidade que o caracteriza, onde “é muito o que nos une”. E quando “aquilo que nos une é mais do que aquilo que nos separa, estamos no bom caminho”.

Francisco Teixeira, por seu turno, alertou para os perigos inerentes ao PAFC, que passam, desde logo, pela falta de democracia nas escolas. Sobre este tópico, considerando que autonomia e flexibilidade implicam democracia e que sem gestão democrática não existe democracia na escola, o dirigente sindical constatou que “a ideia de haver autonomia sem democracia na escola é contraditória”. Outro perigo é a forte possibilidade de “as escolas serem transformadas em ilhas”, com “um currículo específico que vai competir com outro currículo específico do outro lado da rua”. O que, no seu entender, coloca “em causa a universalização curricular”. Na perspetiva do projeto, “a ideia de que o currículo deve ser feito à medida do território pode conduzir (...) à desescolarização do currículo”, porque quem o define já não é a escola nem os professores que, enfatizou, “sempre interpretaram o currículo, nunca foram repicadores”.

Os professores “sempre fizeram diferenciação pedagógica”. Assim, sem democracia na escola (que permitiria uma efetiva participação) e com definição curricular externa, os professores passam a ser executores técnicos, “animadores de projetos”, o que pode levar à sua “desprofissionalização” e “colocar o problema da desigualdade no acesso ao currículo”. Ora, considerando que a “localização curricular é irmã gémea da municipalização” e “irmã gémea do quase-mercado da educação”, onde as escolas curricularmente competem entre si, facilmente se percebe que este é um caminho que pode conduzir à “desuniversalização curricular”.

Por último, o dirigente do SPN recordou que o Governo incorporou na carreira docente o que “pior havia no governo anterior: os professores são, talvez, os únicos profissionais que incorporam para

todo o sempre a austeridade”, uma vez que o governo a carreira, eliminado todas as suas expectativas pessoais e familiares. “Não vejo como se pode exigir compromisso aos professores sem democracia e eliminando parte da sua carreira, condenando-os, quando chegarem à reforma, à pobreza”.

“Valorizar a escola participada e democrática. Cidadania, flexibilidade curricular e inclusão”

Muitas das questões anteriores, e outras, também foram objeto de reflexão e debate no seminário organizado em Amarante (24 de outubro), que teve como oradoras Sofia Santos, Manuela Esteves e Ondina Maia.

Sofia Santos, que integrou o grupo de trabalho da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, começou por referir que há sempre diferenças entre as propostas apresentadas por um grupo de trabalho e o resultado apresentado pelo ministério requerente. Maior é a diferença da apropriação que é feita pelas entidades que as aplicam, no caso vertente, as escolas – “há sempre um processo de cozedura das recomendações que são feitas pelo grupo de trabalho com a prática”.

O objetivo primordial do grupo era “recuperar o papel da escola e da educação no processo de construção de cidadãos e cidadãs mais conscientes dos seus direitos”, promovendo uma maior “consciência do mundo”. Assumindo que esta não é uma questão nova, já muito se tentou e projetou neste domínio (daí o “recuperar”), interessava sistematizar uma estratégia que desse credibilidade ao trabalho desenvolvido nestas áreas e que a ele todos os alunos tivessem acesso. Porque “o mundo roda a um ritmo alucinante”, a nível ideológico, tecnológico, digital, político, social e económico, a Escola – mesmo sabendo que “a educação não pode compensar a sociedade” – tem um papel fundamental na preparação dos jovens.

Na procura da construção de um sentido, muito se discutiu quanto ao processo, estratégias e metodologias de operacionalização, domínios, áreas temáticas, referenciais, abordagens consentâneas com os níveis de escolaridade, disciplinarização (ou não), avaliação, colaboração, gestão dos tempos e dos horários... Tudo esteve em discussão e, naturalmente, está em construção.

Para o grupo, era importante que o decreto-lei deixasse grande margem para as decisões das escolas – daí as poucas orientações que o caracterizam, o que, sendo intencional, faz com que neste momento sejam muitas as dúvidas. Agora, o fundamental é que cada escola, no seu contexto, encontre o seu caminho enquadrado no seu projeto educativo e na cultura própria da escola.



A “educação para a cidadania não pretende ser um peso, mais uma disciplina acumulada a todas as outras tarefas do professor”. A educação para a cidadania “pretende ser, a longo prazo, uma prática”; pretende “fazer parte de todos os processos que se passam na escola, as experiências, as tomadas de decisão, e envolver os jovens nisso”. Os jovens “querem participar”. E participam, “quando se sentem parte, quando encontram sentido no que fazem”. Na opinião da investigadora, deveria haver “um ano de preparação e formação” – o que não aconteceu!

Ondina Maia assentou a sua intervenção no articulado do novo decreto-lei da educação inclusiva (DL 54/2018) realçando que este regime surge na sequência de um trabalho de inclusão já anteriormente realizado: “não estamos em terra de ninguém!”. O que este DL faz é convocar todos os professores para a mudança de um “paradigma de Educação Especial para Educação Inclusiva, o que implica uma organização diferente das escolas”. Os conceitos-chave são: avaliação diversificada, corresponsabilização, equidade, igualdade de oportunidades, colaboração e participação.

O decreto acaba com a “categoria de alunos com necessidades educativas especiais” e propõe três níveis de medidas: universais, seletivas e adicionais. No entanto, “tudo tem de ser feito com os recursos existentes na escola”. E por aqui se percebe que as soluções encontradas serão muito diferenciadas de escola para escola, dependendo dos recursos existentes. Por outro lado, segundo a dirigente do SPN, vai ser difícil o sucesso da proposta num quadro em que temos agrupamentos constituídos por várias unidades orgânicas e mega-agrupamentos com uma gestão muitas vezes tecnocrática e impessoal – “numa escola a sensibilidade do diretor vai determinar muita coisa”. E o atual modelo de gestão “é um fator de grande desmotivação dos professores”. Não é só o “cansaço e a idade, não é só o problema das carreiras” – é, sobretudo, a sensação de que “eu sou um número na escola”.

Manuela Esteves abordou a problemática do currículo, começando por referir que a “noção de currículo tem mudado razoavelmente”, desde o tempo em que era “um plano de estudos, uma lista de matérias”, até à forma como hoje é encarado, centrado no desenvolvimento de competências.

Recordou as várias experiências desenvolvidas em diversos momentos, como a área-escola, os currículos alternativos, a área de projeto, a formação cívica, o estudo acompanhado, a gestão flexível do currículo – até às metas curriculares de Nuno Crato, que reverteu por completo estas atividades, por as considerar inúteis. Importa, pois, resgatar para a escola estas e outras ideias agora enquadradas pelo

perfil de aluno, onde a componente local de currículo (contemplada na LBSE) é uma proposta a levar em conta.

Apresentando-se como defensora de um currículo nacional, Manuela Esteves considera que ele “não pode ocupar todo o tempo e todo o espaço da escola”, pelo que “deve deixar uma margem – que eu gostaria que fosse ainda maior do que é – de autonomia de decisão para as escolas quanto à forma de gestão, à organização das matrizes, à distribuição da carga horária pelas disciplinas (as nobres e a pobres), ao enriquecimento do currículo”.

Nesta perspetiva, expressou a sua preocupação pelo facto de o PAFC não estar a ser acompanhado pela necessária revisão dos programas. E se flexibilidade implica diferenciação pedagógica, chama a atenção para a diferenciação dos professores, que são muito diferentes uns dos outros e esta é uma dimensão muitas vezes esquecida, pois parte-se do princípio que são todos iguais, e isso não é verdade, podendo fazer toda a diferença.

Citando Perrenoud, Manuela Esteves considera que “a diferenciação pedagógica, antes de mais, é uma escolha política”, aceita a “discriminação positiva” e “não incide sobre os objetivos de aprendizagem; não é sinónimo do respeito incondicional das diferenças dos alunos; não é um método nem um dispositivo específico. Então, é o quê? “É, sobretudo, uma preocupação a concretizar em todos os métodos”. Ela individualiza percursos, mas recusa ser ensino individualizado; para isso há os planos individuais. A diferenciação é feita por “grupos e não por alunos considerados individualmente”, o que levanta a questão do ritmo das aprendizagens, que é fundamental e enforma toda a atividade pedagógica – “o essencial é a descoberta do ritmo-padrão da turma”, que não passa necessariamente pelo aumento da carga horária.

A flexibilidade pode levar à desigualdade? “Pode!” Como? “Se os professores desistirem de determinados grupos de alunos!” E aqui a formação é essencial, “tanto formal como aquela que desenvolvemos uns com os outros, numa perspetiva em que o currículo serve a praxis”, isto é, a teorização da prática, porque os professores devem aprender com a prática e uns com os outros, através da colaboração e da troca de opiniões e de experiências.

Rogério Ribeiro
dirigente SPN

Os textos assinados não vinculam a Direção do SPN

SÓCIOS DO SPN APROVARAM PLANO DE ATIVIDADES PARA 2019

Para o próximo ano civil está prevista a realização de duas eleições: para o Parlamento Europeu, no final da primavera, e para a Assembleia da República, no início do outono. O resultado da eleição nacional definirá a correlação de forças no Parlamento e, conseqüentemente, a constituição do governo, o seu programa e as orientações político-económicas para o quadriénio 2020/24.

É neste contexto que o SPN vai desenvolver a sua atividade no próximo ano.

Com a inédita solução política encontrada para a viabilização do governo em funções, a legislatura que se aproxima do fim fica marcada por alguns avanços (fim da requalificação e da PACC, melhoria do reposicionamento remuneratório por via da recomposição da carreira, recuperação integral do subsídio de Natal e dos quatro feriados, etc.), mas também pela não resolução de problemas de fundo da Escola Pública e dos professores: recuperação integral do tempo de serviço congelado, horários de trabalho, regime de aposentação, gestão escolar, municipalização...

Especialmente negativo foi o relacionamento do Governo com os docentes, particularmente, com a Federação Nacional dos Professores (Fenprof). A chantagem do “aceitam 2 anos, 9 meses e 18 dias ou não há nenhuma recuperação”; o anúncio da decisão de aprovar um decreto-lei sobre a recuperação do tempo congelado após uma reunião negocial em que nada foi apresentado; as sucessivas ações de condicionamento do direito à greve – são provocações que mais não visam do que isolar os educadores e professores e passar para a opinião pública a ideia de que nós queremos o impossível, quando o Governo já fez o esforço possível.

O SPN no próximo ano

Ensino Superior. O subfinanciamento crónico impede não só a progressão e mudanças de nível ou escalão, como a contratação de docentes e investigadores no âmbito do programa de estímulo ao emprego científico financiado pela Fundação Ciência e Tecnologia e a regularização dos vínculos precários. Não é por acaso que apenas 9,3% dos processos apresentados pelos requerentes, analisados em sede do PREVPAP, mereceram aprovação, o que confirma a situação insustentável a que se chegou.

Assim, para 2019, o SPN/Departamento de Ensino Superior e Investigação tem como linhas principais de atividade: o reforço da presença nas universidades e nos politécnicos da região Norte; a continuidade do acompanhamento da regularização dos vínculos precários no ESI; a discussão sobre políticas de desenvolvimento do Ensino Superior público, por forma a reforçar a resposta política aos desafios que se colocam.

Ensino Particular e Cooperativo. Atendendo ao reduzido número de dirigentes sindicais deste setor, seria desejável que mais

sócios se envolvessem na atividade sindical, com uma participação consistente. Assim, tendo em conta as necessidades sentidas e a urgência da reestruturação do setor, vamos promover a criação de grupos de trabalho por subsetores (Ensino Artístico Especializado, Profissional, Particular e Cooperativo, Solidariedade Social), com reuniões de dois em dois meses, procurando a dinamização local e regional dos setores, a captação de quadros dirigentes, delegados e ativistas sindicais, o envolvimento dos docentes no levantamento das dificuldades específicas de cada subsetor e a recolha de contributos para iniciativas e formas de lutas.

É nosso propósito, também, promover mais reuniões sindicais em colégios, academias de música, escolas de ensino profissional e IPSS, sensibilizar os docentes para a importância dos delegados e comissões sindicais nas escolas, dar continuidade à denúncia junto das entidades oficiais das irregularidades praticadas pelas escolas – em especial as financiadas pelo Estado através de contratos de patrocínio, associação e cooperação – e continuar a luta por um contrato coletivo de trabalho que dignifique os docentes.

Áreas de intervenção estratégica

Informação. A direção do SPN tentará consolidar o essencial da sua base de intervenção e melhorar os processos de interação com associados e delegados sindicais, não esquecendo o conjunto de professores que ainda não são nossos sócios.

Assim, procuraremos continuar a melhorar a informação que disponibilizamos no nosso site, manter a regularidade da revista SPN. Informação, desenvolver uma newsletter no intervalo entre cada dois números da revista e produzir com a regularidade necessária todo um conjunto de materiais diversos que alimentem os placares sindicais nas escolas e outros locais de divulgação/informação.

Formação. Ao longo de 2019 todas as delegações do SPN terão ações de formação contínua creditadas pelo CCPFC, estando já a ser organizados 19 seminários que versam temáticas de atualidade educativa ou da área sociopolítica: autonomia e flexibilidade curricular, cidadania e desenvolvimento, educação inclusiva, municipalização, governação escolar, desgaste profissional docente; cidadania digital e redes sociais, democracia e movimentos radicais; aniversários da



edição de «Os Maias» e da Declaração dos Direitos Humanos. Estão previstas, também, duas ações de formação sindical.

Apoio aos sócios. O atendimento a sócios, presencial, telefónico ou por e-mail, é uma atividade de vital importância na vida do SPN, porventura, a mais valorizada pelos associados, vítimas da frequência de alterações legislativas, do aumento da conflitualidade na vida escolar e de contínuos abusos, quer da tutela, quer de muitas direções. Nos últimos anos, temos introduzido algumas alterações no seu funcionamento, visando otimizar a resposta ao aumento das necessidades a este nível, reforçando a equipa de advogados e de dirigentes e funcionários responsáveis pelo serviço pré-contencioso. Para 2019 propõe-se a continuidade das reuniões de esclarecimento entre juristas, dirigentes e funcionários, para esclarecimento de dúvidas.

Também se propõe a reativação e consolidação do Grupo de Apoio (GAS) – fórum eletrónico para discussão e entajuda entre funcionários e dirigentes mais ligados ao atendimento a sócios. Relativamente à plataforma INFORSÓCIOS, que visa transformar-se no canal preferencial, e tendencialmente único, de entrada de perguntas e saída de respostas via e-mail aos associados, continuará a ser objeto de melhoramentos na sua funcionalidade.

Organização e Finanças. Depois de realizado um trabalho coletivo de deteção de problemas de funcionamento e identificação das suas causas, em 2019, concluiremos a conseqüente consensualização de instrumentos ou procedimentos que contribuam para a sua solução. Continuaremos a aumentar o rigor técnico do relatório mensal do movimento de sócios e a sua influência na planificação do trabalho sindical de cada delegação.

Publicaremos regularmente relatórios que permitam a todos os dirigentes acompanhar e controlar as receitas e despesas do SPN, no sentido de poderem intervir e contribuir, sempre que necessário, para uma cada vez melhor gestão do dinheiro dos sócios. Após vários anos de construção, o novo ficheiro de sócio começará a funcionar no próximo ano.

Ação Sindical. Continuar a fazer a ponte entre o trabalho central e o das direções distritais do SPN, entre o trabalho do SPN e o da

Fenprof e entre o trabalho destes e o da CGTP-IN e das uniões de sindicatos (Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real) é a proposta nesta área de intervenção. Nesse sentido é essencial consolidar a articulação e operacionalização da ação sindical dessas diferentes estruturas.

Mas também é importante consolidar a ‘reunião de escola’, formal ou informal, como espaço central de discussão e construção de opinião junto dos professores, bem como alargar a rede de delegados sindicais, estimulando o contacto e a ligação entre eles e a direção do SPN como canal privilegiado de comunicação.

A marca do SPN

Insuficiente para resolver os problemas de fundo dos professores e da Escola Pública, o Orçamento de Estado para 2019 consagra claramente a negociação do prazo e do modo de contabilização do tempo de serviço congelado (9 anos, 4 meses e 2 dias) – é necessário manter a pressão e a luta em torno desta exigência, aproveitando a oportunidade da apreciação parlamentar do decreto governamental. A apreciação parlamentar do diploma sobre a transferência de competências para as autarquias merecerá também toda a atenção do SPN, procurando dificultar a implementação da municipalização no que à educação diz respeito.

Mas além dos governos, em 2019 importa confrontar também os partidos políticos com as questões que continuarem por resolver (carreiras, aposentação, horários, gestão escolar, concursos, ...), contribuindo para o esclarecimento das respetivas propostas eleitorais e para o voto consciente dos professores, e dos portugueses em geral. As questões da profissão docente e da Escola Pública não são uma ‘matéria qualquer’ – merecem todo o empenho do SPN na sua análise e na apresentação de propostas, antes e depois dos atos eleitorais do ano que vem. É isso que a direção do SPN se propõe fazer, com os sócios e com os educadores e professores em geral. É esta a marca do SPN!

Adaptado do Plano de Atividades do SPN aprovado em Assembleia Geral de Sócios realizada no dia 12 de dezembro

SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO!



Provavelmente nem lerá este meu desabafo, mas deixe-me acreditar que a democracia, neste país, ainda se pratica e que, afinal, estarei enganada. Assim espero.

Sou professora do ensino público há 23 anos e mereço respeito. Considero inadmissível que o Governo recuse recuperar integralmente o tempo de serviço que cumpri (9A.4M.2D), discriminando-me em relação à generalidade dos trabalhadores da Administração Pública e aos meus colegas da Madeira e dos Açores.

Não aceito, nem nunca aceitarei, a discriminação de que tanto eu como a minha família (por arrasto) estamos a ser alvo! Trabalhei durante todo esse tempo, cumprindo zelosa e integralmente as minhas funções. Os professores do continente não são nem cidadãos nem professores ou funcionários públicos de 2ª.

Conforme o estipulado na Constituição da República Portuguesa, que se aplica, naturalmente, a todos os cidadãos portugueses, nela se incluindo os das regiões autónomas, lembro apenas os seguintes artigos:

— **12º: 1.** Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição;

— **13º: 1.** Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

— **59º: 1.** Todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, têm direito: a) À retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna.

Estes são alguns dos direitos consagrados na minha Constituição, que é também a de Vª Exª, a mesma que jurou respeitar e fazer cumprir. Esta é, também, a Constituição de um país democrático, de que muito me orgulho, e não tolerarei, jamais, que alguém ponha em causa quer a democraticidade do regime, quer a Constituição que o sustenta. É esta mesma Constituição que valorizo e dou a conhecer aos meus alunos e é assim que quero continuar a fazer. Nunca pensei que, passados 44 anos de democracia e num gover-

no eleito democraticamente, se pudesse agir de uma forma tão discriminatória para com os seus funcionários, que têm passado, recentemente, por tantos maus-tratos: cortes salariais, aumentos de impostos 'colossais', congelamentos de tempo de serviço, aumentos brutais na idade para a reforma, ...

Não aceito, igualmente, que voltar à negociação – a que está obrigado por força de recente decisão, largamente maioritária, da Assembleia da República – não tenha passado de um embuste, numa atitude que nada tem de sério e que desonra o Governo de que Vª Exª é o responsável máximo.

Muito honestamente, acho que os representantes legais dos professores estão a exigir muito pouco, tendo em conta aquilo que nos foi retirado e que já está esquecido: cortes nos vencimentos, não só mensais, mas também através da supressão de subsídios de férias e de Natal; congelamento nas carreias durante mais de nove anos, que nos impediu de estar colocados nos escalões a que, justamente, temos direito.

Até na negociação para a contabilização desse tempo de serviço, de forma faseada, estão a ser demasiadamente colaborantes com o Governo, propondo que a contagem dos nove anos, quatro meses e dois dias vá até 2025. Que maior compreensão aguarda da nossa parte? Não consigo perceber nem aceitar.

Senhor Primeiro Ministro,

É imperioso que o tempo cumprido seja integralmente recuperado na carreira ou, caso algum colega assim o entenda, ser considerado para efeitos de aposentação. Esse é, aliás, outro, ou antes, o enorme problema que insistem em não querer ver – o envelhecimento da carreira docente. Quem anda, como eu, há tantos anos por tantas escolas, não pode deixar de reparar nesse facto: estamos envelhecidos (e desgastados). A média de idades anda na casa dos 50. Como será daqui a 10 anos, com perto de cem mil professores a pedirem a aposentação? Em que solução estarão a pensar, este ou futuros governos? Passará por congelar, ou até suprimir, esse direito, por sermos tantos? E quem nos substituirá?

É que, entretanto, com tudo por que temos passado, já ninguém quer ser professor. É compreensível.

A. C. S. Correia

ESTUDO COMPROVA EXAUSTÃO E SOFRIMENTO MENTAL

O neoliberalismo está a exigir dos governos nacionais a flexibilização laboral e o desmantelamento da legislação protetora do trabalho, o que se traduz no aumento dos mecanismos de sobretrabalho e na ampliação das formas de precarização e destruição de direitos sociais. É neste quadro que se encontra a reivindicação de melhores condições de trabalho docente, também para prevenir e combater situações-limite de stresse e exaustão, de desgaste profissional.

O desgaste na profissão docente é motivo de grande preocupação entre os professores e educadores. O desgaste, ou o stresse, não é um problema do qual se possa recuperar sem dificuldade, uma vez que, quando se torna crónico, perturba o equilíbrio emocional e mental e pode dar origem a transtornos psiquiátricos e/ou somáticos de superação frequentemente lenta.

Conhecem-se diversos estudos sobre os efeitos psicológicos resultantes do exercício continuado da profissão docente, do excessivo número de horas de trabalho, do alongamento da duração da carreira e do envelhecimento do corpo docente. Num momento em que o assunto entrou, finalmente, na agenda política, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e uma equipa de investigadores coordenada por Raquel Varela (Universidade Nova de Lisboa) levaram a cabo o maior e mais completo estudo sobre esta temática realizado em Portugal, cujos resultados permitem perceber melhor de que forma a atual situação afeta os docentes (e a vida das escolas), não só profissionalmente, como também a sua vida pessoal.

O estudo procura dar mais conteúdo e profundidade às reivindicações dos professores e dos sindicatos da Fenprof, procura dar a conhecer aos professores e educadores as eventuais causas e razões do seu mal-estar socioprofissional; procura apreender o mais possível sobre questões que interpelam os docentes no seu dia a dia: a organização, as condições e o tempo de trabalho, entre outras. O processo iniciou-se em janeiro e os primeiros dados foram apresentados em julho, num primeiro encontro internacional. Em outubro, foi feita a apresentação final do estudo.

Os resultados do inquérito, respondido por mais de 15 mil docentes de todo o país, comprovam a existência de sofrimento mental associado a um quadro de elevadíssimo desgaste profissional (exaustão crónica) e demonstram que a exigência profissional docente é tão elevada e rígida que invade o tempo fora do horário de trabalho dos educadores e professores.

Reconhecimento. Um dos oradores no seminário promovido pela Fenprof foi Christophe Dejours, especialista em psicopatologia do trabalho e ‘pai’ da psicodinâmica do trabalho. A noção de sofrimento é central na sua abordagem ao mundo do trabalho e traduz um estado de luta do indivíduo contra as condições que o levam inexoravelmente em direção à doença mental; outro conceito fundador da psicodinâmica do trabalho é o do papel da organização do trabalho – é aí que devem ser procuradas as condições que empurram o indivíduo para o sofrimento, para a “loucura do trabalho”.

Segundo Dejours, a organização do trabalho não é só a divisão de tarefas entre os trabalhadores, os ritmos impostos e os modos operatórios prescritos, mas também, e sobretudo, a divisão entre os indivíduos para garantir a divisão de tarefas, representada pelas hierarquias, as repartições de responsabilidade e os sistemas de controlo. Ora, explica, quando a organização do trabalho entra em conflito com o funcionamento psíquico dos indivíduos, “quando estão bloqueadas todas as possibilidades de adaptação entre a organização do trabalho e o desejo dos sujeitos”, então emerge um sofrimento patogénico (que pode provocar uma doença).

Sabendo-se que o reconhecimento é o fator

que permite transformar sofrimento em prazer, ele incorpora também uma sistemática reivindicação da Fenprof: reconhecimento e valorização da profissão docente.

Reivindicação. A Fenprof sempre assumiu a exigência de políticas respeitadoras dos princípios de uma escola pública de qualidade para todos, o que implica, desde logo, melhores condições de funcionamento das escolas, designadamente na organização do trabalho, entendida como o sistema hierárquico estabelecido, o conteúdo funcional, o modelo de gestão e administração escolar, as relações de poder na comunidade educativa, as responsabilidades atribuídas, etc. No que à gestão diz respeito, as questões relativas à direção e autonomia das escolas são da maior relevância, não só pela sua dimensão política, mas também pela forma como influenciam as relações de trabalho e o clima entre os docentes. E para a Fenprof, a gestão democrática das escolas é um imperativo, não só pelo seu valor intrínseco, no quadro da garantia dos direitos sociais e de cidadania, mas também pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica. A maior organização sindical docente de Portugal reivindica uma escola cuja organização do trabalho garanta um ambiente colaborativo e cooperante, isto é, onde seja possível trabalhar de forma reflexiva e gratificante, e não uma escola que espartilha, sufocante e dolorosa. A todos os docentes deverão ser proporcionadas condições de trabalho que promovam os mais elevados níveis de desempenho profissional, assim como a garantia de condições adequadas às necessidades de todos, independentemente das suas dificuldades.

[direito aos direitos]

“Escrevendo sobre *A Jangada de Pedra*, Ernest Lluch, um político catalão, sugeriu que o meu pensamento profundo não seria separar a Península Ibérica da Europa, mas sim transformá-la num reboque que transportasse a Europa para o Sul, afastando-a das obsessões triunfalistas do Norte e tornando-a solidária com os povos exploradores do Terceiro Mundo. É bonita a ideia, mas, na verdade, não me atreveria a pedir tanto. Seria suficiente que Portugal e Espanha, sem deixarem de ser Europa, descobrissem em si próprios, por fim, a vocação do Sul que têm reprimida, possivelmente em consequência de um remordimento histórico que nenhum jogo de palavras poderá apagar e que só acções positivas poderão tornar suportável algum dia. O tempo dos Descobrimentos acabou. Continuemos, pois, descobrindo-nos uns aos outros, continuemos descobrindo-nos a nós próprios.” [José Saramago, em «Último Caderno de Lanzarote», excerto de conferência no Congresso Ibero-Americano de Filosofia, em Setembro de 1998]

A GREVE É UM DIREITO, MAS...

2018 aproxima-se do fim e, em Portugal, a época natalícia é marcada por um aumento de contestação social nos mais variados sectores da sociedade. Na realidade, não vislumbro uma simultaneidade grevista em sectores como a saúde, a justiça e a educação. Sem querer ignorar as razões económico-sociais e políticas que, com toda a certeza, justificarão o recurso a um meio gravoso de luta pelos trabalhadores, não é essa a vertente da questão que pretendo aqui abordar.

Em boa verdade, interessa-me precisamente o lado oposto da questão, o da reacção política e da Administração Pública perante este aumento da contestação. O discurso dos nossos governantes é por demais conhecido, parecendo tirado de uma qualquer cartilha, de leitura obrigatória antes da tomada de posse para tais funções. Frases como ‘a greve é um direito, temos de respeitar’ e outras em tudo semelhantes são aquilo que normalmente antecede o exercício da greve.

Mas será que o poder político e as entidades empregadoras públicas respeitam verdadeiramente este exercício constitucional? Salvo melhor opinião, esse respeito, a existir, é diminuto e carece de uma concretização prática e consequente, que possa reflectir-se naquilo que são as políticas levadas a cabo e nos direitos concedidos aos trabalhadores.

Mais concretamente, por parte da Administração e seus órgãos e serviços, creio que podemos mesmo falar hoje numa imoral tentativa de obstaculizar o exercício do direito à greve por parte dos trabalhadores em funções públicas.

Dúvidas sobre esta afirmação grave e que fere a Constituição? Vejamos o exemplo da greve dos docentes do ensino público às reuniões de avaliação para aferirmos da sua veracidade.

No final de 2017/2018, os docentes realizaram uma greve durante vários dias, destinada a abranger a “actividade de avaliação”, “com incidência nas reuniões de conselho de turma ou outras que se realizem naquele âmbito”. Apesar de as convocatórias para a referida greve serem muito claras ao expressar que apenas aquela tarefa, concreta e determinada, estava abrangida pelo direito à greve, a verdade é que as escolas, seguramente em respeito dos entendimentos e instruções emanadas pela tutela, efectivaram o desconto salarial consequente da greve correspondente a um dia de trabalho. Ou seja, mesmo docentes que nos dias em



que fizeram greve às reuniões de conselho de turma cumpriram outras tarefas, viram ser-lhes descontado um dia de trabalho, como se a greve tivesse sido convocada para todo e qualquer serviço, o que manifestamente não sucedeu.

Esse desconto salarial, que se me afigura ilegal, foi reclamado e até objecto de recursos hierárquicos para o ministro da Educação, mas sem que os docentes lograssem alterar a posição penalizadora do ministério. Permito-me uma autocorreção por razão de consciência. Mais do que penalizadora, a actuação do ME pretendeu ser dissuasora, um obstáculo que, ao impor um desconto salarial de tal ordem, pudesse desmotivar, desmobilizar e impedir qualquer tipo de prejuízo decorrente do legal exercício do direito à greve.

Mesmo aos docentes em cujos horários apenas constava a marcação das reuniões de conselho de turma, não pode ser descontado um dia da sua remuneração. Em bom rigor, mesmo nesses casos, os docentes tinham outras tarefas a realizar e que, com toda a certeza realizaram, na medida em que as mesmas não se encontravam abrangidas pelos pré-avisos de greve.

A bem do rigor e honestidade intelectual que se impõem, o entendimento do ME não é gratuito. Ele assenta, isso sim, num pressuposto legal errado. O ME entende que as ausências dos docentes ao serviço por motivo de greve constituem faltas, devendo, por isso, ser aplicado o artigo 94º do Estatuto da Carreira Docente (ECD). Ora, como a própria epígrafe elucida (Conceito de falta), este preceito legal destina-se a regular matéria que tem a ver, exclusivamente, com as faltas dadas pelos docentes, incluindo nesse universo as ausências a serviços de exames e a reuniões que visem a avaliação sumativa dos alunos. E, de facto, nos termos do nº 6 desse artigo, as duas últimas faltas são consideradas faltas a um dia.

Sucedo, contudo, que as ausências por motivo de greve não têm a natureza jurídica de falta. De acordo com o disposto pelo artigo 536º do Código do Trabalho, aplicável por remissão do nº 3 do artigo 394º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), “a greve suspende o contrato de trabalho do trabalhador aderen-

te, incluindo o direito à retribuição e os deveres de subordinação e assiduidade”.

Deste modo, implicando a adesão à greve a suspensão temporária das relações decorrentes do contrato de trabalho em funções públicas, isentando expressamente o trabalhador do cumprimento do seu dever de assiduidade, aquela ausência por greve não pode ser confundida com uma normal falta ao serviço, precisamente por constituir um registo da assiduidade do trabalhador. Tanto assim é que no elenco, por sinal taxativo, das faltas a que o trabalhador pode recorrer, constante do artigo 134º da mesma LTFP, não se encontra incluída a greve. Assim, nunca o ME poderia ter aplicado aos docentes o disposto no artigo 94º do ECD, pois este destina-se a regular o regime de faltas do pessoal docente, onde não se inclui a greve.

Em abono da legalidade e no que ao efeito remuneratório decorrente da greve diz respeito, deveria ter sido aplicado o disposto no artigo 61º do ECD, que estipula o cálculo da remuneração horária do pessoal docente, tendo por base as 35 horas do seu horário semanal.

Sendo que as reuniões de conselho de turma têm uma duração média de duas horas, seriam precisamente, e apenas, duas horas de trabalho que deveriam ter sido retiradas aos professores em greve. E isso porque, tendo presente que a greve apenas abrangiu o serviço de reuniões de avaliação sumativa dos alunos, as referidas 35 horas do horário semanal dos docentes incluem todo o serviço, concretamente as componentes lectiva, não lectiva de estabelecimento e individual.

Concluo pelo desrespeito dos princípios constitucionais, legais e de justiça que foram colocados em causa pela actuação do ME e que aqui assinalo com este modesto entendimento, breve contributo para que “continuemos descobrindo-nos a nós próprios.”

José Miguel Pinho
advogado do SPN

APRENDER

O ritual matinal diário dos pais a levar os filhos pequenos à escola é a mais bela coreografia do mundo. Sempre que levo os meus filhos, fico a observar os outros pais e filhos nas suas danças de separação. Um ritual em que, todos os dias, as mesmas emoções se concentram naqueles minutos ou só segundos. Emoções, todavia, todos os dias, sempre diferentes, temperadas pelas variações e alterações da vida quotidiana, por vezes subtis, por vezes evidentes.

Os beijos, os abraços, as pequenas despedidas, as ansiedades, de uns e de outros, a alegria e os medos, até tudo se dissipar para lá da porta da escola e na cidade. Até à noite, em casa, para de novo na manhã seguinte tudo se repetir.

Depois passam-se dez, doze, quinze anos, eles são adultos e partem para o mundo. Para as universidades, onde iniciam o último ciclo da sua formação geral básica, ou para outras atividades ocupacionais, laborais.

O que aprenderam nesses anos? Como se prepararam para o futuro? Quando vejo os meus filhos e os seus colegas – tal como quando era professor, nas aulas, em frente às turmas – faço muitas vezes o exercício de imaginar como eles vão ser em adultos e o que vão estar a fazer.

Imagino como seria ter sentados, um dia, na mesma sala de aula em que foram alunos os colegas de uma turma, trinta, quarenta, cinquenta anos depois, e confrontar os seus sonhos de crianças e jovens com o que foi a sua vida até esse dia. Não há confronto dramático mais intenso do que o que temos com nós próprios, entre o que imaginámos que podíamos ser e aquilo em que a vida nos tornou, aquilo que somos.

O tempo de aprendizagem deve ser – é – toda a vida. Mas o tempo de escola é estrutural, modelar, decisivo. O que deve ser e como deve ser essa aprendizagem escolar?

A experiência de ter sido professor (de Português, no Ensino Secundário, durante quase dez anos) ensinou-me muito. Dei aulas em escolas muito diferentes, em Lisboa ou na periferia, do final dos anos 1980 ao início dos 90: das escolas pequenas do centro, como a Veiga Beirão (do Ateneu), onde iniciei a dita carreira docente, a escolas enormes como fábricas, com turmas de quarenta alunos, como era a Ferreira Dias, no Cacém; de escolas com alunos de famílias da classe média ou média-alta, como a de São Julião, em Oeiras, a

escolas com grande mistura de alunos de diferentes proveniências económicas, sociais e étnicas, como a das Olaias.

Fui professor (e também diretor de turma, coordenador de biblioteca, dinamizador de grupos de teatro e revistas da escola) e essa experiência foi das mais compensadoras que tive na minha vida, daquelas em que me senti mais útil para a comunidade.

Mas foi também um trabalho árduo, difícil, desgastante e, muitas vezes, profundamente desmotivante. Muitas vezes, depois das reuniões de pais para discutir os problemas dos alunos, o que me ocorria era que devia fazer uma reunião com os alunos para discutir os problemas dos pais. Outras vezes, o que me dava vontade era de discutir os problemas dos professores.

Ser professor não é fácil. Talvez hoje seja mais difícil do que nunca. Os professores deviam ter melhores condições, claro. Ganhar mais dinheiro, claro que sim.

[Todos devíamos ganhar mais dinheiro. Menos os CEO das empresas onde a desigualdade salarial é gritante e os seus salários insultuosos] Mas se eu fosse professor hoje, aquilo por que mais lutaria era por tempo. Tempo para poder preparar-me melhor para aquilo que é o mais importante – as aulas.

E o que eu mais rejeitaria era a carga burocrática que hoje pesa na vida dos professores. A asfixia administrativa que cerca os professores é inaceitável. E muito prejudicial para o essencial do ato de ensinar: a disponibilidade para o tempo da aula.

Um professor tem de ter tempo para poder preparar esse momento vital e para nele estar totalmente empenhado, focado e concentrado. Outra questão essencial é a autonomia. De cada escola, na sua especificidade local. E do professor, na sua forma de abordar o programa. Não me esqueço da experiência que tive quando dei aulas noturnas a trabalhadores-estudantes, no Cacém. Homens e mulheres adultos que, depois de um dia a trabalhar em oficinas, fábricas, ou outras



Foto: ANA ALVIM

empresas, como eletricitas, mecânicos e outras profissões de esforço físico, tinham aulas à noite para poderem terminar o então nono ano do liceu e poderem aspirar a uma promoção profissional. Pelo caminho estava a disciplina de Português e eu como professor. Do programa constavam coisas como «Os Lusíadas» e a análise dos seus cantos e temas – o Concílio dos Deuses, a influência de Virgílio e da Eneida, a Antiguidade Clássica e o Renascimento, a forma da epopeia, a narração *in media res*, as estrofes, os decassílabos, etc. Todas as noites ali estávamos, com eles a cambalear de cansaço, desejosos de ir para casa dormir, e eu a pensar como é que havia de fazer. Acabávamos por passar dois terços do tempo a falar das mais variadas coisas, a propósito de qualquer tema ligado a «Os Lusíadas» ou a Camões, o que quer que fosse: o país, os velhos do Restelo, o pessimismo, o império, o regresso das pessoas das ex-colónias, perder um olho, ter uma vida miserável e acabar por ser nome de feriado... O que quer que fosse que lhes pudesse interessar. E o outro terço, de maneira muito sucinta e resumida, o que era importante reterem sobre a matéria para o exame, não mais do que coubesse numa cábula.

Não sei se terá resultado (nuns casos talvez, noutros talvez não), mas dei o meu melhor. Tal como nas outras aulas, diurnas, com os jovens, o fiz sempre. Procurando sempre uma forma de os interessar – e se possível, inspirar – com matérias que não estavam nos programas curriculares, mas podiam ser portas de entrada para o que era necessário aprender.

Podiam ser músicas, filmes, livros, programas de televisão, notícias de jornais, variava muito, consoante as turmas. Mas era sempre qualquer coisa que pudesse despertar neles a curiosidade. Que é o princípio de tudo. A curiosidade pelo mundo e pela sua diversidade. É isso o essencial. E depois dar instrumentos para aguçar essa curiosidade, para a aprofundar. Ensinar a aprender.

Não para ter um emprego – não é para ter um emprego que serve a escola. É para ter uma vida melhor.

Quando penso no meu percurso de aluno desde a escola primária pública, na ditadura, com reguadas acompanhadas de rezas à Virgem Maria, ao liceu no PREC, com professores saneados e aulas interrompidas, penso em como sobrevivi a tudo isso e no que ficou disso tudo: desses programas infundáveis dados incompletamente; dessas memorizações absurdas que fui obrigado a fazer para ter as notas necessárias para passar e seguir em frente. O que ficou disso tudo? No meu caso, com honrosas exceções, nunca tive grandes professores, mas tive a sorte de ter os pais que tive e de encontrar nas escolas amigos estimulantes e cúmplices para a vida. Mas no liceu, o que aprendi fora das aulas foi o mais importante. Foi um desperdício, quase sempre, o tempo das aulas. E não devia ter sido, não devia ser, nunca.

Como professor terei tido nos anos que dei aulas centenas de alunos. Por vezes sou surpreendido num qualquer sítio por um adulto que se dirige a mim e diz: “Não se lembra de mim, mas fui seu aluno.” Por vezes, consigo descortinar naquela cara de mulher ou homem adulto a criança sentada à minha frente naquela sala de aula umas décadas antes.

Penso e pergunto sempre: “Serviu para alguma coisa?”

Hoje, quando deixo os meus filhos na escola e fico a ver-nos dançar com os outros pais e filhos a desajeitada coreografia, penso sempre como é impossível saber se o que estamos a fazer é o que é melhor para eles, o que é melhor para o mundo. Se os vai ajudar a poderem ser felizes...

Esta coreografia diária comove-me. É como um bailado sobre a esperança.

Nuno Artur Silva

[publicado originalmente em www.dn.pt/opiniao, 19.09.2018]



Foto ISABEL PINTO

ACABADO DE CELEBRAR 50 ANOS DE CARREIRA DISCOGRÁFICA, JOSÉ MÁRIO BRANCO

está a viver um período de especial mediatização e reconhecimento público: depois da homenagem da Feira do Livro do Porto e da reedição remasterizada dos anteriores álbuns ao longo de 2007, a segunda metade de 2018 trouxe-nos três novidades: um álbum de inéditos em junho e, em novembro, uma coletânea de canções escolhidas pelo próprio e uma caixa com a discografia integral de longa duração. Natural do Porto, “filho de professores primários, artista de variedades, compositor popular, aprendiz de feiticeiro”, como se apresenta em *FMI*, José Mário Branco (1942) é uma das mais importantes referências da música portuguesa, com trabalho também nas áreas do cinema e do teatro. Fundador do GAC - Grupo de Ação Cultural, do Teatro do Mundo e da União Portuguesa de Artistas e Variedades, fez parte da companhia teatral A Comuna e tem colaborado na produção musical de outros artistas, nomeadamente, Camané.

Em 1967, gravou o primeiro disco, o EP «Seis Cantigas de Amigo» (editado dois anos mais tarde). «Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades» (1971) foi o primeiro álbum, ainda no exílio, em Paris. «Resistir é vencer», o último álbum de originais, foi editado em 2004. Depois disso, integrou o coletivo *Três Cantos* (com Fausto e Sérgio Godinho), de que resultou uma série de concertos e a gravação de um CD e DVD. É o protagonista do documentário *Mudar de Vida* (Nelson Guerreiro e Pedro Fidalgo, 2014) e, mais recentemente, do segundo episódio da série «Vejam Bem» (Nuno Galopim e Edgar Fonseca, 2018).

Quem quiser descobrir, ou conhecer melhor, a vida e a obra de José Mário Branco, tem agora muito por onde escolher.

INÉDITOS 1967-1999 apresenta 26 músicas que foram ficando esquecidas no repertório ou, por qualquer razão, nunca foram editadas. Uma hora e meia de música, onde há de tudo: a abrir um conjunto de ‘cantigas de amigo’, das primeiras gravações, que dão um curioso tom trovadoresco ao disco. Depois, há temas cantados em francês, há marchas e marchinhas, baladas e rock, e até um bolero.

CANÇÕES ESCOLHIDAS é uma coleção de temas selecionados por José Mário Branco, organizados cronologicamente e que ele próprio considera como um ‘cartão de visita’, para ir “ao encontro das pessoas que desconhecem ou conhecem mal a minha obra e das muitas que nem sabem que eu existo”. Evitando os êxitos mais evidentes, a seleção atravessa toda a discografia de estúdio.

OBRA INTEGRAL. Em simultâneo com o lançamento de «Canções Escolhidas», surge uma caixa de nove CDs – em edição limitada e numerada, com certificado de autenticidade – que reúne a discografia integral de longa duração de José Mário Branco. Além dos sete álbuns originais, nas versões restauradas em 1996 por José Manuel Fortes, o volume inclui «Ao Vivo em 1997» e «Inéditos 1967-1999».

Todos os seres humanos nascem livres e iguais



Em 10 de dezembro de 1948, em Paris, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a "Declaração Universal dos Direitos do Homem como um ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais tanto entre as populações dos próprios Estados-membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição."



TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 119214



PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO
DEO1822015CE
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

nesta edição

- a abrir
02. **Livres. Seguras. Educadas.**
- editorial
03. **Desafios e contradições**
- ação sindical
05. **'A luta será o caminho'**
06. **Mobilidade interna: depois da tempestade, a bonança...**
07. **Reposicionamento: atrasos, abusos de interpretação e ultrapassagens**
08. **Governo e ME parecem querer ficar na história por bons e maus motivos**
09. **Pré-Escolar: é tempo de investimento**
10. **EPC: encontro nacional reafirma direitos dos docentes**
12. **Adriano Costa em discurso direto**
- políticas educativas
13. **Educação inclusiva: algumas considerações**
14. **O SPN e a Educação para a Cidadania**
- notícias spn
16. **36º aniversário do SPN: um olhar para dentro**
18. **Ética, Autonomia, Flexibilidade, Cidadania, Inclusão: SPN promove dezenas de seminários**
22. **Sócios do SPN aprovaram plano de atividades para 2019**
- dos professores
24. **Senhor primeiro-ministro!**
- nacional
25. **Estudo comprova exaustão e sofrimento mental**
- contencioso
26. **A greve é um direito, mas...**
- vemos, ouvimos e lemos
28. **Aprender**
- apostas spn
30. **De longe, pra muito longe...**
- a fechar
31. **Todos os seres humanos nascem livres e iguais**

A direção do Sindicato dos Professores do Norte e a SPN. Informação desejam a todos os leitores um 2019 de sucesso profissional e pessoal



Sandro Botticelli — "Nossa Senhora da Romã" (1490), pormenor

spn
informação

publicação trimestral
distribuição gratuita aos sócios
do sindicato dos professores
do norte
[não sócios: 2 euros]

DIRETORA
MANUELA MENDONÇA

ano XXXI - II série - nº 77
out nov dez 2018
spninfo@spn.pt